

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA
INSTITUCIONAL**

ANA CRISTINA SCOPEL

**O PULSAR DA VIDA: CARTOGRAFANDO EXISTÊNCIAS E RESISTÊNCIAS NO
SISTEMA PRISIONAL CAPIXABA**

Vitória

2012

ANA CRISTINA SCOPEL

**O PULSAR DA VIDA: CARTOGRAFANDO EXISTÊNCIAS E RESISTÊNCIAS NO
SISTEMA PRISIONAL CAPIXABA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia Institucional do Centro de Ciências Humanas e Naturais da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito final para obtenção do Grau de Mestre em Psicologia Institucional.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Gilead Marchezi Tavares.

Vitória

2012

Aos companheiros dessa jornada: internos da Penitenciária de Segurança Máxima I de Viana (ES), vidas pulsantes que tornaram possível a concretização desse trabalho.

AGRADECIMENTOS

À Gilead, por toda sua dedicação, atenção, carinho e paciência durante esses dois anos de caminhada. Agradeço pela confiança, pela amizade e pela aposta nesse trabalho que foi escrito por várias mãos, por um coletivo potente.

À Roberta Scaramussa, uma mestre, uma amiga, uma guia. Você que me possibilitou vislumbrar e alcançar essa conquista. Com você aprendi a tocar e a sentir as menores e mais simples coisas do mundo...

Aos amigos do grupo de orientação que se fizeram porto e me deram segurança, compartilharam comigo suas angústias e alegrias: João, Lu e Fabi, sem vocês todo esse processo não teria a mesma graça, não seria tão colorido. Sentirei saudades dos nossos encontros.

À querida Soninha, pelas gargalhadas sempre garantidas, pelos abraços calorosos e tranquilizantes, por toda sua atenção e carinho. Você é show!

Às professoras do mestrado PPGPSI, pelas marcas, pelos afetos, pelas (des)construções e por todo aprendizado.

À minha família, que soube compreender minha distância e minhas ausências.

Ao Rodrigo, por toda sua compreensão, dedicação e incentivo. Pelo companheirismo, pelas palavras e gestos de amor. Meu copiloto!

Aos parceiros dessa pesquisa, os internos da Penitenciária de Segurança Máxima I de Viana. Suas vidas e suas histórias estão presentes em cada uma dessas páginas. Muito obrigada por me permitir vivenciá-las.

À CAPES, por tornar possível a experimentação e vivência de um pesquisador que se fez rico e intenso.

SCOPEL, Ana Cristina. **O pulsar da vida: cartografando existências e resistências no Sistema Prisional Capixaba**. Programa de Pós-Graduação em Psicologia Institucional, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2012, p.116.

RESUMO

De acordo com o Relatório Semestral (dez/2010) do Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN), o Estado do Espírito Santo possui uma população carcerária de 10.803 internos. Não são poucas as vidas enclausuradas, isoladas do convívio em sociedade e ameaçadas cotidianamente com a invisibilidade social que “legitima” torturas físicas e psicológicas; são muitas as sobrevidas marcadas por precárias condições de higiene e salubridade, como se pode constatar em material divulgado pelo Conselho Estadual de Direitos Humanos do ES. Assim, firmou-se como objetivos desse trabalho conhecer a realidade prisional a que estão submetidos os internos do sistema carcerário capixaba, analisar as formas como estes vivenciam o cumprimento de suas penas, conhecer os mecanismos, os dispositivos e as estratégias produzidas por esses internos, as quais os permitem viver, bem como os favorecem no processo de criação, produção e afirmação da vida. Esse trabalho tornou-se possível a partir do acompanhamento cartográfico da Penitenciária de Segurança Máxima I localizada no Município de Viana (ES) e da vida de dois internos que, gentilmente, colocaram-se como parceiros na concretização desse pesquisar. Realizamos, assim, entrevistas continuadas por um período de cinco meses com dois internos da PSMA I, além de transitarmos por tal estabelecimento e de participarmos de algumas atividades por ele propiciadas. Nossas análises apontam para o combate, que se faz necessário nesses espaços de aprisionamento, aos estados de dominação reinantes não só nas prisões, mas circulantes por entre toda a sociedade – estados de dominação que sufocam a criação da vida e que devem ser combatidos a partir das práticas de liberdade, práticas questionadoras – sempre prontas à reinvenção – dos códigos, das normas e das identidades forjadas por um discurso que produz o empobrecimento e massificação dos modos de ser e estar no mundo. Enfatizamos a prisão como um dispositivo marcadamente produtor de adoecimentos, um espaço que não cessa de subtrair a autonomia dos sujeitos, destituindo-os das rédeas de suas próprias vidas. Entretanto, acreditamos que nos movimentos cotidianos da vida, algo sempre escapa às normas, algo esbarra e ultrapassa as regras, produzindo pequenos desvios, recortes e delicados fragmentos que alimentam outra lógica, outras vidas.

Palavras-chave: Prisão; Subjetividade; Normatividade.

Área de conhecimento: Psicologia. 7.07.00.00-1.

SCOPEL, ANA CRISTINA. **The pulse of life: mapping existences and resistances in the Espírito Santo Carceral System.** Programa de Pós-Graduação em Psicologia Institucional, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2012, p.116

ABSTRACT

According to the semestral report (dec/2010) from the National Penitentiary Department (DEPEN), the Espírito Santo State has a population of 10,803 prisoners. It is not little the number of enclosed lives, isolated from the social living and daily threatened with the social invisibility that “legitimizes” physical and psychological tortures; it is too many under lives marked by precarious hygiene and salubrity conditions – as we can see in a material divulged by the Espírito Santo State Council on Human Rights. Therefore, it was established as goals of this study to get to know the carceral reality under which the Espírito Santo carceral system’s prisoners are submitted, to analyze the ways how they experience the fulfilling of their sentences, to get to know the mechanisms, the devices and the strategies produced by those prisoners, which allow them to live, as well as support the process of creation, production and assertion of life. This study became possible because of the cartographic attendance of the Maximum Security Prison I (PSMA I), located in Viana, ES, and because of the lives of two prisoners who kindly place themselves as partners for the concretization of this research. We thereby made many interviews during five months with those two prisoners from the PSMA I, besides the walks along the institute and participations in eventual activities promoted by it. Our analyses indicate the fighting, necessary in such spaces of enclosure, against the domination states ruling not only in the prisons, but also among the whole society; such domination states stifle the creation of life, and must be wrestled by liberty experiences, questioning experiences – always ready for intervention – of codes, rules and identities forged by a discourse that produces impoverishment and massification of the ways of being in the world. We emphasize prison as a device markedly producer of illnesses, a space where subject’s autonomy do not stop being subtract, putting them away from the control of their lives. However, we believe that in the daily movements of life, something always escapes from the norms, something stumbles and overpasses the rules, producing small deviations, cuttings and slight fragments that feed another logic, other lives.

Keywords: Prison; Subjectivity; Normativity.

Knowledge Subject: Psychology. 7.07.00.00-1

SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO	09
1.1 Situando o campo	14
1.2 Uma observação aos leitores.....	16
2. CONHECENDO A CLAUSURA	17
2.1 A arquitetura enclausurante	21
3. PARA QUE PRISÕES?	32
4. AS PRISÕES DA VIDA NUA	40
4.1 A vida nua irrepresentável nos números oficiais	47
4.2 O que se "passa" nas prisões	50
5. FAZENDO PESQUISA: O GEÓGRAFO QUE NÃO QUERO SER	54
5.1 O aprendiz-cartógrafo vai a campo.....	59
6. AS VIDAS QUE PULSAM	65
6.1 Vida de estrangeiro	66
6.2 Vida que resiste	73
6.3 A vida que persiste e afronta as grades.....	79
7. O ADOECIMENTO PRODUZIDO PELO DISPOSITIVO PRISÃO	82
8. ESTÁ TUDO DOMINADO?	99
9. O DIA EM QUE O APRENDIZ-CARTÓGRAFO PRECISA DESPEDIR-SE DO CAMPO	104
10. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	109
11. APÊNDICE	115

1. APRESENTAÇÃO

O interesse pela realidade prisional e as possíveis conexões que a Psicologia poderia aí encontrar surgem ainda na primeira metade de minha graduação (final de 2006 e início de 2007). O contato com uma profissional de psicologia atuante no sistema prisional do Espírito Santo, especificamente na Penitenciária Regional de Linhares (PRL), despertou-me o interesse pelas vivências do psicólogo no contexto carcerário, as peculiaridades dessa prática e as possíveis intervenções da psicologia na vida de um interno do sistema prisional.

Surge, nesse contato, o desejo de realizar um estágio extracurricular na PRL. Entretanto, por motivos muitos, tal estágio só se tornou possível no mês de junho de 2009, já no final de minha graduação. Pude, portanto, estar presente nesse contexto durante seis meses.

De junho a dezembro de 2009, embora tenha sido um curto período, pude participar ativamente de muitas atividades realizadas pelo setor de Psicologia na PRL. Atendimentos individuais, coletivos, realização de projetos visando à melhoria das condições de vida das pessoas que ali se encontravam reclusas: homens, mulheres e alguns bebês.

Nessa época, histórias diversas foram ouvidas, presenciadas e compartilhadas. Outras muitas foram sufocadas, neutralizadas e esquecidas. A dinâmica, a pulsação da vida dentro de um presídio se constrói de forma, no mínimo, curiosa. Aprendem-se infinitas maneiras de se relacionar com o outro, seja esse outro um colega de cela, um agente penitenciário, um colega não confiável, a enfermeira, o diretor, o assistente social ou o psicólogo.

Aprendem-se distintas e particulares maneiras de se existir em um presídio. Um novo vocabulário, novas redes sociais, novos modos de andar, de se

vestir, de se dirigir em palavras e gestos a alguém, seja ele um superior ou não, novas formas de olhar, perceber e manifestar desejos e realizá-los (algo nem sempre possível).

No segundo mês de estágio (julho de 2009), período em que muitas coisas ainda causavam estranheza em mim, embora me considerasse bem adaptada àquela realidade, um fato amargo faz emergir uma série de questionamentos e, direta ou indiretamente, me leva até o Programa de Pós-Graduação em Psicologia Institucional da UFES (PPGPSI).

Tratava-se de um episódio de suicídio. Uma interna do pavilhão feminino, Maria¹, havia sido encontrada morta, pendurada e enforcada por um lençol nas grades das escadas que dão acesso às celas do segundo piso desse pavilhão. A notícia havia se espalhado por todo o presídio, repercutindo em desespero e recaindo sob a forma de tristeza, desamparo e desassossego entre as demais internas da PRL. Curioso o fato de que nessa ocasião, os chamados “catuques” – bilhetes escritos pelos internos em qualquer mísero pedaço de papel e entregues aos agentes penitenciários com destino ao setor de psicologia e/ou serviço social – dobraram de número, trazendo em suas tortas letras diferentes queixas que se relacionavam ao acontecimento da semana.

O suicídio de Maria causou espanto nas equipes técnicas. Nas colegas de cela, ou entre aquelas que dividiam o espaço do banho de sol, tal fato gerou o aumento de uma angústia que se justificava pelo medo de ser a próxima a morrer, pelo medo de não resistir às péssimas condições de vida, em não resistir à realidade a que eram submetidas, às incontáveis privações que eram obrigadas a enfrentar.

¹ Nome fictício atribuído à interna.

Uma angústia que se revelava em lágrimas, em sofrimento e no aumento pela busca de ajuda nos setores de psicologia e serviço social.

Na ocasião, o espanto da equipe técnica muito se deu em virtude do “perfil” da interna suicida. Tratava-se de uma mulher participante das atividades da penitenciária, gostava de ouvir seu rádio em um volume que muitas vezes incomodava as colegas das celas vizinhas, cantarolava, dançava e, aparentemente, se relacionava de forma positiva com as demais companheiras. Maria estava reclusa há cerca de seis meses e era ainda uma presa provisória, não condenada, sem sentença atribuída. Ali chegou sob acusação do artigo 33 do Código Penal Brasileiro: Tráfico de drogas².

Em 2009, minha presença quase que diária na PRL (o estágio acontecia três vezes por semana) permitiu a emergência de inquietações, de questionamentos e de muitas percepções. Busquei ocupar o lugar de observador-pesquisador, tentando estar atenta aos movimentos, à ocupação dos espaços, às vozes que até mim chegavam. Segundo Lourau (2004, p. 85), “o importante para o investigador não é, essencialmente, o objeto que ‘ele mesmo se dá’ (segundo a fórmula do idealismo matemático), mas sim tudo o que lhe é dado por sua posição nas relações sociais, na rede institucional”.

Portanto, foi a história de Maria e tantas outras histórias vividas dentro da PRL que me trouxeram, em 2010, até o Programa de Pós-Graduação em Psicologia Institucional. Foi o suicídio de Maria e suas ressonâncias que atuaram como

² O crime de tráfico é responsável pela prisão de aproximadamente 93% das mulheres da PRL, entre as condenadas e as provisórias, segundo levantamento não publicado realizado pela equipe local de Psicologia do estabelecimento prisional.

disparadores, como um fato analisador³ em meu percurso acadêmico. São estes os fatos que me trouxeram até aqui e que me fizeram questionar, em princípio, os modos de subjetivação nos presídios e a possível produção do suicídio. Digo “em princípio” porque hoje não é somente sobre a morte que me coloco a escrever, mas também sobre a vida, sobre a produção da vida no contexto prisional.

As discussões promovidas nas "orientações" e as muitas leituras e problematizações desenvolvidas no primeiro ano como mestrandia, fizeram emergir uma torção no campo problemático da pesquisa: Como, diante das péssimas condições de vida, das experiências de violência, da falta de perspectiva de mudanças e a subjugação às incontáveis privações (de educação, trabalho, lazer, higiene, vínculos sociais rompidos bruscamente etc.), os internos do sistema prisional permanecem vivos? Quais são os fluxos, as linhas percorridas (de fuga, de território, de poder) que impulsionam a vida mesmo sob essas condições desumanas de existência? Portanto, não é mais a produção da morte, a partir do suicídio, mas sim a afirmação da vida que buscamos contemplar nas páginas deste trabalho.

³ Analisadores são compreendidos como manifestações de não-conformidade, manifestações questionadoras, reveladoras da natureza do instituído. O instituído, por sua vez, compreende todas as regras, normas, costumes, tradições etc. presentes na sociedade. O conceito de instituído remete-nos ao conceito de instituinte, colocado como um campo de luta, de conflitos, desejos e necessidades que fazem com que se criem novas normas. Portanto, podemos compreender os analisadores como a emergência de movimentos/acontecimentos que colocam em cena o embate entre os processos instituintes e instituídos, provocando rupturas nas ideias, levando-nos à reflexão acerca de determinada instituição.

Temos, assim, o contorno de um campo problemático a partir da proposição de análise da função e do funcionamento⁴ do estabelecimento prisional (entendido como dispositivo⁵ da instituição Justiça⁶), buscando evidenciar

⁴ O termo função está sendo utilizado de acordo com o Movimento Institucionalista francês. Diz respeito à “presteza” das instituições do ponto de vista de seus resultados implícitos. Para que servem as instituições? Esta pergunta refere-se à *função* de uma instituição e tal função remete sempre ao componente *instituído* da instituição. Baremlitt (1992) afirma que a função “está sempre a serviço das formas históricas de exploração, dominação e mistificação que se apresentam nesta sociedade” (p. 35). O funcionamento, por seu turno, refere-se àquilo que se *passa* nas instituições cotidianamente, aquilo que está nos encontros, no *entre*, aquilo que não pode ser normatizado, o que não se tem certeza. Remete-nos sempre ao componente instituinte das instituições.

⁵ Entendemos dispositivo como uma rede de relações que podem ser estabelecidas entre elementos heterogêneos: discursos, arquitetura, regramentos, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas, o dito e o não dito (CASTRO, 2009). Trata-se de uma formação que faz funcionar, que coloca em operação uma instituição garantindo a manutenção do instituído, ou que, por outro lado, serve à transformação, aos movimentos instituintes. Desse modo, o dispositivo responde a uma urgência, tendo uma função estratégica.

⁶ Segundo Baremlitt (1992), instituições são lógicas, racionalidades, regularidades de comportamentos, que regulam a atividade humana, caracterizando-as e explicitando o que deve ser (o que está prescrito), o que não deve ser (o que está proscrito) e o que é indiferente. Poderiam ser pensadas como normas, regras, mas incluem a maneira como as pessoas concordam, ou não, em participar dessas mesmas normas. Lourau (2004) salienta que o conteúdo da instituição é formado pela articulação entre a ação histórica humana, por um lado, e as normas sociais já existentes por outro. Desse modo, as instituições comportam um movimento de transformação constante que tende a abrir passagem para fluxos cambiáveis nas lógicas, a que chamamos de instituinte, e um produto resultante do processo de transformação, a que chamamos instituído. Uma instituição supõe ou precisa sempre de outra instituição, por isso dizemos que há um atravessamento de funções institucionais no nível das organizações e dos estabelecimentos. Estes últimos são a materialização das instituições e possibilitam sua operação cotidiana que se dá pelas práticas humanas.

mecanismos e estratégias promovidos por internos do Sistema Prisional para a afirmação da vida.

Desse modo, apresentamos como objetivos deste trabalho conhecer a realidade prisional a que estão submetidos os internos do Sistema Penitenciário Capixaba, as formas como estes vivenciam o cumprimento de suas penas, os mecanismos e as estratégias produzidas pelos mesmos que os favorecem no processo de manutenção vida.

1.1 Situando o campo

No final do segundo semestre de 2010, nossa preocupação recaía sobre questões mais práticas: em qual unidade prisional realizaríamos nossa pesquisa? Em qual unidade iríamos adentrar? E como conseguiríamos adentrá-la? A quem solicitar a autorização de entrada e realização da pesquisa?

O primeiro passo foi, então, buscar contato com a Secretaria de Justiça do Estado do Espírito Santo (SEJUS). Para tanto, elaboramos um ofício solicitando a autorização de realização da pesquisa em uma unidade prisional do Estado. Nesse documento, deixamos a cargo da SEJUS a indicação de um presídio onde realizaríamos nossa pesquisa – nosso único critério para essa indicação era que a unidade fosse de regime fechado. Protocolado o ofício, a resposta positiva foi concedida após uma semana. Nosso destino: Penitenciária de Segurança Máxima I (PSMA I), localizada no Complexo Penitenciário de Viana.

A administração da PSMA I acontece a partir de uma cogestão estabelecida entre o Governo do Estado do Espírito Santo, via Secretaria de Justiça (SEJUS), e uma empresa de gestão na área prisional (Instituto Nacional de Administração Prisional – INAP), que atua em unidades prisionais no Espírito Santo

e em Santa Catarina. Estado e INAP atuam em parceria e ambos são responsáveis pela totalidade dos processos e das atividades desenvolvidas na PSMA I. No regime de cogestão, cabe ao INAP a operacionalização das atividades e ao Estado (SEJUS) a fiscalização dos serviços prestados pela empresa.

Nesse sentido, a contratação das equipes técnicas (psicólogos, psiquiatras, enfermeiros e técnicos em enfermagem, assistentes sociais, terapeutas ocupacionais, pedagogos, dentistas e assistentes de dentistas) e equipes administrativas (gerente operacional, gerente de ressocialização, pessoal responsável pelo setor de recursos humanos, compras, almoxarifado, informática, serviços gerais, manutenção, refeição, panificadora e lavanderia) fica sob a responsabilidade da empresa contratada pela SEJUS (via licitação), seguindo as exigências estabelecidas pela Lei de Execuções Penais (LEP). Cabe à Secretaria de Justiça a contratação da direção da unidade, direção adjunta, assessoria jurídica (um advogado), chefia de segurança e de alguns dos agentes penitenciários, estes responsáveis pela segurança da muralha que circunda o presídio. Todos os demais agentes penitenciários, aqueles que lidam diretamente com os internos, são contratados pelo INAP.

Assim, em abril de 2011 iniciamos nossas visitas à PSMA I. Entre os meses de abril e agosto muitas histórias foram ouvidas, muitos quilômetros foram percorridos e diferentes (e insistentes) sensações brotaram junto à nossa pele. Portanto, serão as vidas, os olhares, as escutas e os sentimentos vivenciados (dentro, fora e nas proximidades da) na Penitenciária de Segurança Máxima I que irão compor as páginas desse trabalho.

1.2 Uma observação aos leitores

Nas páginas que virão (assim como naquelas que já se passaram), o leitor irá perceber a utilização dos verbos tanto na primeira pessoa do singular quanto na primeira pessoa do plural. A isso o leitor não deve atribuir uma desordem na escrita ou uma desobediência das normas do trabalho acadêmico. Quando das experiências vivenciadas pela pesquisadora, esta que agora vos fala, em campo, dentro das imediações da PSMA I, farei uso do verbo em primeira pessoa do singular. Contudo, essas mesmas experiências foram levadas a um grupo de orientação, discutidas, problematizadas por um coletivo, compartilhadas e assim também vividas pelo grupo. Nesse sentido, faremos o uso do verbo na primeira pessoa do plural, afirmando que todas as etapas da pesquisa, do trabalho, da escrita, todas as etapas que constituem esta dissertação, foram produzidas dentro de um coletivo, por várias mãos. Trata-se de uma jornada que não se cumpriu de forma solitária, mas que sempre esteve acompanhada de um coletivo impulsionador, potencializador, mesmo que às vezes a experiência seja tomada pelo pronome pessoal "eu".

2. CONHECENDO A CLAUSURA

Escolhi e defini este capítulo como sendo aquele destinado a ilustrar o que não é belo, a explorar aquilo que é hostil, cinzento. Aquilo que amedronta muita gente, que espanta os visitantes, mas que, paradoxalmente, se torna o “lar” de alguém, de muitos “alguéns”. Serão palavras de descrição daquilo que se vê e se sente quando adentramos em um presídio.

A Penitenciária de Segurança Máxima I (PSMA I) está situada no Complexo Penitenciário de Viana, localizado às margens da rodovia BR 262, no município de Viana, região metropolitana de Vitória, ES. O complexo está rodeado de árvores e montanhas, incessante verde que predomina no lado externo das grades e muralhas das unidades prisionais ali existentes (Penitenciária de Segurança Máxima I, Penitenciária de Segurança Máxima II, Penitenciária de Segurança Média I, Penitenciária de Segurança Média II, Centro de Detenção Provisória de Viana, Centro de Triagem de Viana, Penitenciária Agrícola do Espírito Santo). Essas unidades não estão próximas umas das outras, longas estradas as separam. As estradas, que hoje cobertas pela camada cinza de asfalto, levam e trazem muita gente. Levam familiares, levam amores, levam esperança, mas também levam desespero, angústia, insegurança, medo. Levam vidas que por lá se tornam esquecidas (pelos que eram, até então, muito próximos e pelos que deveriam guardá-las e protegê-las). Essas estradas que serpenteiam por entre o imponente verde levam vidas que por lá mesmo se acabam.

No ponto final dessas estradas encontramos a PSMA I. Aliás, não disse ainda que existe uma linha de ônibus de responsabilidade da Companhia de Transportes Urbanos da Grande Vitória (CETURB-GV) que entra no complexo de Viana. Esse era meu meio de transporte para ir e voltar à PSMA I nos dias de

minhas viagens⁷. Sobre essa linha de ônibus há muito que dizer. Ela tem como ponto inicial o Terminal de Campo Grande, localizado no bairro de Campo Grande, em Cariacica – cidade vizinha à Viana. Os horários desse ônibus não facilitam a vida de quem dele precisa. Em intervalos de uma hora e dez minutos ele parte do terminal em direção ao complexo de Viana. Do mesmo modo, em igual intervalo de tempo, o ônibus parte do ponto final do complexo, a PSMA I, em direção ao terminal de Campo Grande. Esse trajeto dura cerca de quarenta minutos. Um passeio de ônibus que não é em nada confortável, em nada convidativo. Em certos dias da semana, às quartas-feiras em especial, os familiares dos internos de todas as unidades disputam lugar no ônibus com as sacolas, malotes de comidas, roupas, produtos de higiene que os próprios familiares levam para seus entes queridos detidos em uma cela de uma das unidades que compõem o complexo de Viana. Os malotes, diga-se de passagem, não chegam, não são permitidos na PSMA I.

Voltemos agora ao ponto final desse ônibus, o ponto final dessa estrada (e, infelizmente, o ponto final de muitos sonhos, de muitas vidas): a Penitenciária de Segurança Máxima I de Viana.

Ao descer do ônibus, linha 904-Casa de Custódia, nos deparamos com uma construção que se quer mostrar limpa, asséptica, isolada dos perigos externos que ameaçam sua segurança (não é fácil chegar até ela, mais difícil é conseguir adentrá-la). No amarelo de suas altas paredes encontramos, pintadas de preto, letras garrafais que nos localizam e não nos deixam dúvidas: PENITENCIÁRIA.

⁷ Uso o termo viagem para enfatizar o quão longe está o complexo. Assim como faço uso da função de metáfora, aplicando o sentido figurado à palavra viagem, tal qual se vê nas gírias e na linguagem de muitos jovens quando estes se referem a uma experiência que foi louca, diferente, ou sem sentido, incoerente: “isso é uma viagem!”.

Na porta, ou melhor, na grade que nos dá acesso ao interior da unidade prisional, ao chamado Posto I, encontramos sempre de prontidão um agente penitenciário que olha bem para seu rosto, encara-nos de cima a baixo e diz: “Pois não, senhora?”. Em resposta, busca-se informar ao trabalhador o que se pretende por ali. Este repassa a informação para a agente (sim, é sempre uma agente feminina quem está ocupando esse posto. Será ela quem fará as primeiras revistas às mulheres, funcionárias de todos os escalões e possíveis visitantes que almejam adentrar na unidade) e ela autoriza a entrada no posto ou a faz aguardar até que se certifique de que sua presença é devida. Obviamente não é qualquer pessoa que entra ali. Para isso é preciso autorização, e só entra quem tem “motivo”: ou você é funcionário(a) da unidade; ou você é advogado(a) de um interno; ou você veio até a unidade para solicitar sua carteira de visitante, pois tem um familiar preso ali; ou você tem uma visita assistida a ser feita com um interno, agendada previamente pelo serviço social. Ser estudante e pesquisador não está entre os motivos que permitem alguém entrar em um presídio de segurança máxima. Daí conclui-se que minha permissão para adentrar aquele espaço (refiro-me ao Posto I, já que a Secretaria de Justiça do ES já havia autorizado minha entrada e minha pesquisa na PSMA I) levou alguns minutos para acontecer.

Procedimentos invioláveis: “senhora, retire os brincos, o colar e o anel. Se tiver moedas no bolso ou dinheiro em papel, guarde tudo em sua bolsa. Preciso de sua carteira de identidade. Guarde suas coisas naquele armário, a chave ficará comigo e a senhora memorize o número do seu cadeado para pegar seus pertences quando for embora. Vista esse jaleco.” As mulheres (e homens) não entram no presídio caso estejam usando qualquer tipo de acessório. Um par de brincos, por menor que sejam, não é permitido. Anéis também são condenáveis, exceto as

alianças. Essas jóias, por algum motivo, não são perigosas para a segurança do local. Pulseiras e colares, nem pensar! Tiaras, arcos e presilhas (inclusive os de plástico) só enfeitam as cabeças das mulheres quando elas não estão a circular pelos corredores do presídio. Essa beleza tem que ficar guardada para a rua! Grampos de cabelo? Isso não é necessário, ou seja, é proibido! E os cintos? Estes até pouco tempo também não eram bem-vindos à PSMA I. Hoje eles são amigavelmente recebidos pela unidade. Não é necessário dizer, mas, para não restarem dúvidas, aparelhos eletrônicos (celular, Ipad, Ipod, Palmtop, MP3 etc.) também não têm o privilégio de circular pelas entranhas do presídio. Ficam retidos no armário trancados junto a todos os outros pertences. E no caso de pertencerem a funcionários, esses aparelhos ficam guardados dentro de sacolas plásticas transparentes sob os cuidados da agente responsável pelo Posto I. Ainda assim há quem diga que é possível encontrarmos aparelhos de celular que misteriosamente chegam às mãos dos internos.

Depois de muitas instruções sou, finalmente, liberada e encaminhada para a direção da unidade, onde então me apresento e coloco meus objetivos em pauta. No caminho até as celas apenas dediquei-me a caminhar⁸. Notei, obviamente, o que estava saltando aos olhos: os ditos procedimentos de segurança. Sou revistada duas vezes por duas agentes diferentes, em espaços que se distanciam em 10 metros, talvez. Apalpada com certa delicadeza, revistada por

⁸ Estar “dedicada ao caminhar” não significava o compasso ordenado das pernas, nem passos coordenados e direcionados por entre os corredores que se apresentavam a mim naquele momento. “Dediquei-me a caminhar” fala de um experimentar o ambiente, afinar os sentidos do corpo para esse primeiro contato com as entranhas da penitenciária. Manter os poros e as pupilas abertos, dilatados. Estar aberta ao campo sensível do encontro. A isso sim serviu a dedicação depositada no ato de caminhar.

mãos femininas e inspecionada por um pequeno aparelho detector de metal. Um constrangimento inicial é de se esperar. Mas a frequência das viagens torna esse procedimento algo natural, incômodo apenas pelo fato de atrasar a rotina ou de ser um cuidado exagerado e sem justificativas (para nós, pelo menos, mas não para a segurança do presídio).

Nas viagens seguintes, a minha entrada ao Posto I alternava em termos de facilidade de acesso: houve dias em que bastava o agente olhar para mim e então o portão se abria; houve dias em que foi necessário esperar o contato da agente feminina com o setor de psicologia para autorizar a minha entrada; houve dias em que a psicóloga responsável pelo setor precisou comparecer ao Posto I para que minha entrada fosse finalmente permitida; e houve dias que consegui circular sozinha pelos corredores da unidade, não sem antes ter que passar pelas revistas, pelo detector de metal, ter de tirar os sapatos e ficar descalça (ou expor minhas meias desgastadas) e passá-los pela máquina de raio X. Resumindo: chegar à PSMA I sempre foi uma odisséia!

2.1 A arquitetura enclausurante

Na tentativa de ilustrar a arquitetura da unidade, coloco-me a descrever alguns de seus espaços nas linhas que se seguem. Para começar, a estrutura da PSMA I conta com oito galerias, nomeadas de “A” a “H”, que abrigam, em média, 520 internos. Uma galeria forma um longo corredor. Neste, tanto à direita quanto à esquerda, estão dispostas as celas onde se guardam os presos. Em cada galeria há cerca de vinte celas, exceto as galerias “D” e “H” que comportam apenas dez celas. Em cada uma delas há, no máximo, quatro internos.

Esses corredores, galerias, são vigiados vinte e quatro horas por dia por um agente penitenciário. Agente e internos estão separados por uma grade de tubos, ou canos, de ferro. É por essa grade que o agente consegue visualizar o que se passa dentro da galeria. Sua visão quanto ao que acontece no interior das celas, no entanto, fica limitada. O chamado "banho de sol", direito dos internos, acontece ali mesmo, no interior das galerias. Todas as manhãs as celas de todas as galerias (seguindo uma ordem que estabelece quais serão as primeiras e as últimas a receberem o banho de sol) são abertas. Os internos estão livres para circular e banharem-se ao sol! Circular somente nesse corredor. E quanto ao sol, este, de fato, não nasce para todos. O teto das galerias é de concreto, o sol não se apossa daquele espaço. Há sim uma pequena brecha por onde seus raios invadem o lugar úmido na tentativa de aquecer os corpos que ali estão. Em contrapartida, os internos são recompensados com a presença de uma TV, que fica ligada durante o banho de sol para apaziguar os ânimos.

Entre as oito galerias existem, as chamadas galerias de benefício, são três: "A", "B" e "F". Nelas "moram" os internos de boa conduta que trabalham na unidade ou estão a ser beneficiados por algum projeto (costura e artesanato) ou são alunos da escola da unidade. Quando um interno é selecionado para participar de um projeto, para ingressar na escola ou para trabalhar na unidade (desejo maior de muitos deles) ele é transferido para uma dessas três galerias. A segregação entre aqueles que possuem algum tipo de benefício e todo o restante da cadeia se justifica pela facilidade de locomoção dos internos. Conduzi-los à escola, ou até seu canteiro de trabalho, ou até o pátio de artesanato ou pátio de costura demanda a movimentação de agentes penitenciários em diferentes alas. Essa movimentação

precisa ser facilitada e, por uma questão de “logística”, separam-se os beneficiados e os não-beneficiados. Podemos dizer que há uma segregação entre os segregados!

E por falar em benefícios... Começemos pela escola: a unidade tem suas salas de aula que recebem pouco mais de 220 alunos. Estes estão distribuídos nas turmas de alfabetização, 1ª a 8ª série do ensino fundamental e nas turmas de 1º a 3º ano do ensino médio. Curiosamente (ou não) a maioria dos alunos frequenta as turmas de 1ª a 4ª série. A escola funciona nos turnos matutino e vespertino, e a jornada diária de cada estudante é de quatro horas de aula, com intervalo para o lanche. A escola conta ainda com o Proeja⁹ e uma biblioteca.

Já que estou a falar da arquitetura do presídio, não poderia deixar de descrever a estranha configuração das salas de aula da escola. Em todas as salas há, assim como em qualquer sala de aula de uma escola qualquer, uma lousa, uma mesa do professor e as carteiras dos estudantes, todas bem ordenadas, obedecendo a uma fila. O que não combina com o ambiente de aprendizagem, o que destoa de todos os outros elementos, o que não encontramos em uma sala de aula de uma escola “normal” está presente ali naquele ambiente para marcar que essa escola não é mesmo uma escola qualquer: entre os alunos e a professora, nesse intervalo que não é só físico-espacial, nessa lacuna que separa o aprendiz do mestre, lá estão as grades. Sim, dentro de cada sala de aula, em todas elas, existem grades separando os estudantes/“internos beneficiados” do professor. É por entre as grades que os alunos se colocam a aprender algo de novo todos os dias. É por entre

⁹ O Proeja é um Programa Federal desenvolvido pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação e tem como perspectiva a proposta de integração da educação profissional à educação básica voltada ao público do ensino fundamental da EJA (Educação de Jovens e Adultos). Ver: www.portal.mec.gov.br

as grades que estes dedicam sua atenção (uns mais, outros nem tanto) para o que está sendo dito lá na frente.

As grades, sob pretexto de garantir a segurança não só do professor que ali está, mas de toda a unidade prisional, demarcam o lado “A” e o lado “B”: adiante das grades está aquele que merece respeito, pois é um professor, alguém formado, capacitado, instruído e detentor de muito conhecimento. Atrás delas estão homens feitos que, às vezes, não sabem segurar um lápis e escrever seu próprio nome. Homens que violaram leis, que desconhecem as letras, as sílabas, o “bê-a-bá” de como ser gente! Parece-me que é a isso que servem as ditas grades: para mais uma vez demarcar quem de fato é merecedor do respeito social e quem de fato está em débito com toda a sociedade.

Além do sentido simbólico, essas barreiras de metal resistente impedem o que talvez haja de mais importante em um processo de aprendizagem, qual seja, o contato, a proximidade, a troca entre professor e aluno. As grades não permitem que o aluno se aproxime até a mesa do mestre, este, por sua vez, não é capaz de passar de mesa em mesa conferindo as atividades, tirar dúvidas que muitas vezes ficam guardadas e restritas aos rabiscos do caderno por falta de coragem de se expor aos demais colegas. Os olhares que se trocam – de cumplicidade, de companheirismo ou de bronca, de “puxão de orelha” – estão impregnados pela presença das grades. É entre os espaços de um tubo metálico e outro que as aulas acontecem, que os processos se dão.

Além das grades que dificultam a vida de qualquer estudante, a lógica da segurança máxima também não está a favor da aprendizagem encarcerada. Os materiais escolares de cada um dos alunos, lápis, borracha e caderno, ficam guardados em uma pasta sob custódia do professor da turma na qual o aluno está

matriculado. É somente durante as quatro horas de aula que cada um dos estudantes pode ter contato com seus pertences escolares. Terminada a jornada, o professor recolhe todos os materiais, confere o número de lápis e borracha – caneta é coisa que não se põe em mãos de bandido. Tudo conferido, tudo certo, a turma é liberada e fica aguardando por um agente penitenciário que, de pouco em pouco, conduzirá os alunos de volta à sua morada. Pode-se dizer, então, que ao professor é dada a função policialasca de conferir e contribuir para a segurança do presídio, seu local de trabalho. Contar e conferir material, vigiar para que nenhuma folha de papel seja retirada de seu lugar (seja ela de um livro, seja ela de um caderno), impedir que a ordem se desfaça e comunicar à chefia de segurança algum movimento considerado suspeito.

Ainda sobre o espaço de aprendizagem, o que dizer da biblioteca da escola? Estruturada dentro da sala de pedagogia, suas prateleiras estão organizadas, os livros postos em ordem, numerados seguindo uma lógica que facilita seu empréstimo e sua devolução. O curioso aqui é a sua função: os livros não estão à disposição de todos. Só tem acesso a eles quem está matriculado na escola. Assim, menos da metade do presídio pode ter contato com as muitas páginas que compõem um livro. E o privilégio dessa pequena população tem dia contado: empréstimos só acontecem na sexta-feira e os livros só permanecem em posse dos estudantes durante o final de semana. Na segunda-feira são devidamente devolvidos à biblioteca.

Pensando na função da escola, questiono outra prática: os livros que chegam até o presídio são previamente selecionados. A maioria dos exemplares, didáticos ou literários, passa por um rigoroso “processo seletivo”, para não dizer rigoroso “processo censurador”. O conteúdo e as imagens contidas nos livros,

revistas, jornais e filmes exercem grande peso na decisão se vão ou não servir à unidade prisional. A começar, estão expressamente proibidos os livros com conteúdos de violência – Agatha Christie não é bem vinda nas prateleiras da biblioteca. Tiros, assaltos e quaisquer aventuras ilícitas presentes nas páginas de um livro o tornam imprestável para essa biblioteca. Aqueles com conteúdos eróticos também não têm vez aqui. Em caixas de papelão encontrei centenas de livros desprezados pelo “processo seletivo”. Muitos exemplares tratavam de educação e orientação sexual para jovens e adultos. Assustou-me o fato de que um livro com essa temática, escrito por um padre, também não havia sido selecionado para participar das prateleiras da biblioteca. Justifica-se a rigorosidade da seleção de exemplares pela ideia de que essa leitura servirá de estímulo para os internos e incitá-los à violência e às práticas sexuais é o que menos se deseja em um presídio de segurança máxima.

O curioso é a alta demanda dos alunos por um livro de biologia da 7ª série. Este sim, este está lá orgulhoso do lugar que ocupa em sua prateleira. Orgulhoso por ser tão solicitado e tão disputado entre os estudantes. Afinal, qual é a origem da fama e do *glamour* desse livro? Nada de tão impressionante, ele simplesmente retrata, didaticamente, o funcionamento dos aparelhos reprodutores masculino e feminino. Ora, livros didáticos que abordam a reprodução humana são permitidos, livros com orientação sexual, não! Faz parte das incongruências que permeiam o espaço prisional...

Uma pausa na descrição da função. Uma breve questão: os materiais censurados por conter cenas, passagens, imagens ditas violentas e agressivas que poderiam incitar os internos a terem comportamentos igualmente violentos, estes materiais não seriam capazes de produzir outros efeitos? O uso da literatura não

serviria à produção de reflexões, análises sobre a realidade de cada um dos internos? Não seria capaz de promover problematizações, (re)arranjos cognitivos e a (re)significação de muitas histórias e vidas? Trata-se de homens adultos, vividos, experientes com a vida. A prisão, certamente, não os tornou seres assexuados nem, tão pouco, os livrou da memória que carregam da vida para além dos muros da penitenciária.

Voltemos às arquiteturas!

Um projeto que beneficia cerca de dez internos consiste na produção de variados artesanatos. Em uma área ampla, mas cercada por grades e câmeras de monitoramento, obviamente, está o pátio destinado à confecção de artesanatos. Esse espaço está localizado no térreo da penitenciária e é bastante arejado. Em verdade, faz frio nos dias nublados. O ambiente sofre com a umidade, sofre, por vezes, com infinitas infiltrações. Gotejamentos incessantes advindos do teto formam poças d'água que se acumulam ao longo do pátio – e isso não é privilégio da área de artesanato, os pátios vizinhos também sofrem com isso. Não há paredes de concreto, mas grades. Nos quatro cantos do pátio há grades. Grades que permitem enxergar o imponente verde das matas e montanhas que circundam a penitenciária.

Ali mesmo os internos beneficiados se arranjam, se organizam, distribuem funções e produzem! Passam o dia inteiro, cinco dias da semana, voltados à confecção de peças artesanais – caixas de madeira, toalhas de mesa, peças decorativas etc. Ali mesmo fazem suas refeições. São os primeiros a serem retirados de suas celas, logo pela manhã, e os últimos a retornarem, no final do dia. Presume-se, portanto, que os estudantes não estão entre os artesãos. Ou um benefício ou outro, não dá para se ter tudo nessa vida! Ou se estuda, ou se trabalha...

Ainda a falar dos pátios arejados, gradeados, monitorados, úmidos e infiltrados: os pátios de visita. Vizinhos e semelhantes ao pátio do artesanato são os locais onde os internos recebem visitas de suas esposas, filhos, mães, pais e irmãos. No interior dos pátios existem dois banheiros, um feminino e um masculino. Estão presentes algumas mesas e bancos feitos de concreto, um pouco/ mínimo de conforto para quem vem visitar um parente preso.

A movimentação dos internos que recebem visitas até os devidos pátios é feita de forma muito “inteligente” e a arquitetura da unidade contribui para isso. Primeiro, os pátios estão no térreo da penitenciária e as galerias (onde estão localizados todos os internos) encontram-se acima dos pátios, no andar imediatamente superior a estes. Nesse segundo piso, no corredor que dá acesso a cada uma das galerias, existe um “buraco” no chão, uma abertura que permanece fechada, trancada, por uma espécie de tampa gigante de aço. Essa abertura, no chão do segundo piso, dá acesso direto ao térreo e, pelas escadas em forma de espiral que se findam dentro do pátio, é possível conduzir os internos de suas celas aos pátios de visita – o mesmo acontece no pátio de artesanato. Na verdade, as escadas em forma de espiral findam, lá no térreo, dentro de pequenos cômodos gradeados que, após a abertura de cadeados e de chapas de aço que correm lateralmente sobre trilhos barulhentos, permitem aos internos adentrarem, finalmente, nos pátios para receberem suas visitas – ou para trabalharem no artesanato.

Essa arquitetura “inteligente” (porque atende aos anseios da penitenciária) fala-nos de certo tipo de vida, uma vida enclausurada que a ela não é dada a permissão dos desvios de caminho, nela não cabem imprevistos. Todos os movimentos são calculados, controlados e vigiados. Não cabe aos internos a

decisão de ir pelo caminho mais longo ou optar pelo mais curto. O menor percurso, a menor movimentação: essa é a norma em um presídio de segurança máxima. Os imprevistos que constituem o cotidiano de qualquer criatura cessam por aqui (exceto os “imprevistos” que adiam ou atrasam um atendimento médico, psicológico ou assistencial para os internos. Mas esses imprevistos apenas os atingem enquanto “efeito dominó/ cascata”. Suas vidas “dependem” dessas equipes, mas não foram eles, os internos, os “geradores” desses imprevistos).

São três pátios idênticos: o primeiro, à esquerda, quando não cumpre a função de receber visitas nos finais de semana, recebe de um interno alguns cuidados diários. Mesmo recebendo pouca luz solar, nesse espaço são cultivadas algumas plantas ornamentais e algumas hortaliças, e a atenção e cuidado que essas plantas necessitam ficam sob a solitária responsabilidade desse interno – beneficiado por cumprir essa função. No pátio do meio, além das visitas dos finais de semana, nesse espaço também acontecem algumas atividades promovidas pelo setor de psicologia e terapia ocupacional. Finalmente, no último pátio, à direita, portanto, está localizada a oficina de artesanato. E aqui não acontecem visitas, visto que nesse local ficam guardados todos os materiais necessários à confecção das peças artesanais. Três pátios com iguais configurações, com semelhantes problemas estruturais e com distintos personagens. Em cada um desses pátios circulam histórias distintas, ecoam vozes que esperam...

O caminho que nos leva (equipe técnica e administrativa, visto que os internos possuem um único caminho para chegar até esses pátios, aquele descrito anteriormente que não permite desvios) até cada um desses pátios passa por uma pretensa quadra de esportes. Uma área pintada em verde, com linhas no piso e traves nas extremidades norte e sul que indicam se tratar de uma quadra de futebol.

No chão ela está rodeada por concreto e grades, no alto é atravessada por dois corredores/ passarelas que lá de cima tornam todos os movimentos observáveis. Mas quais movimentos? Não há bola rolando, não existe torcida gritando, não se vê craques de bola, não há faltas, não há pênaltis, não há gols e nem vitórias! A quadra guarda para si, somente para si, em suas paredes, tudo aquilo que poderia oferecer aos potenciais jogadores: deixar para trás, pelo menos por alguns instantes, o rótulo de homem bandido e fracassado para transformá-los em homens vitoriosos e fazer ecoar em todo o presídio o grito de campeão!

Outros setores compõem a arquitetura da penitenciária e por essas bandas vê-se alguns internos a circular (sempre com os braços para trás, algemados, de cabeça baixa e guiados, ou pelos ombros ou pelas mãos atadas, por um agente penitenciário): sala de psicologia e terapia ocupacional (módulo social), sala de psicologia (módulo saúde), sala de serviço social, enfermaria, psiquiatria, parlatório e “sala (cela) de espera”¹⁰. Quanto a esses setores, o que dizer? Lá estão os técnicos que atenderão aos internos e suas demandas. Paredes limpas, salas organizadas, mesas, cadeiras, computadores, ar condicionado, armários, telefone e profissionais devidamente identificados com seus jalecos. Estas vestimentas executam uma função dupla: primeiro, identificam quem é quem e quem faz o quê: os jalecos verdes vestem corpos que trabalham no módulo social e os jalecos brancos aqueles que atuam no módulo da saúde; segundo, servem para apagar as silhuetas que caminham entre os corredores e circulam entre os internos. Os corpos femininos, maioria entre o contingente dos diversos setores técnicos e administrativos, precisam ser apagados, ofuscados diante dos olhos daqueles

¹⁰ Após algum tipo de atendimento recebido, é nesta cela que os internos ficam à espera de serem conduzidos de volta à sua galeria de origem.

homens cativos do sistema prisional. E com exceção da diretoria, gerências e das chefias de segurança, todos os demais funcionários, os técnicos, são identificados pelo uso dos famosos jalecos – que servem como lentes de aumento e, simultaneamente, como elemento de controle da “sexualidade encarcerada”. Explico: lentes de aumento porque maximizam a posição e a importância dos técnicos perante os internos, um elemento não-discursivo que demarca a “localização” de um saber-poder sobre os internos; e elemento de controle porque não permite o desfrutar de um olhar sobre as curvas femininas.

Também eu fui incluída nesse procedimento: deram-me jaleco para vestir. Em todos os dias, em todas as jornadas, em todos os “passeios” pela PSMA estive acompanhada de um “simpático” jaleco verde. Vesti-lo pela primeira vez gerou-me certo incômodo. O que essa roupa pode significar? O que ela pode produzir? Lugar de poder, de saber? Pertencimento a um nível mais qualificado diante daqueles que se encontram socialmente nus (presos)? Não me restam dúvidas.

3. PARA QUE PRISÕES?

Nessa humanidade central e centralizada, efeito e instrumento de complexas relações de poder, corpos e forças submetidos por múltiplos dispositivos de ‘encarceramento’, objetos para discursos que são eles mesmos elementos dessa estratégia, temos que ouvir o ronco surdo da batalha.

Michel Foucault (2008)

Segundo Foucault (2008), as primeiras formas de castigo de um “fora da lei” foram os suplícios: torturas cometidas sobre o corpo em praça pública para a exibição da dor, sofrimento e humilhação do condenado. Foi somente no fim do século XVIII e começo do XIX que os suplícios, como penalidade, começaram a se extinguir.

Saem de cena os suplícios sobre a carne e as punições passam a ser exercidas sobre a alma do criminoso, visto que o castigo destinado aos fora da lei passa a se inscrever, profundamente, sobre o coração, o intelecto, a vontade, as disposições. Segundo essa nova forma de penalidade, o corpo é colocado num sistema de coação e de privação, de obrigações e de interdições. O castigo passou de uma arte das sensações insuportáveis a uma economia dos direitos suspensos.

O surgimento da prisão pode ser pensado como reflexo da crise das sociedades de soberania e ascensão das sociedades disciplinares. Para as primeiras, o poder¹¹ se exercia, antes de tudo, segundo Foucault (1985), como

¹¹ Cabe-nos ressaltar que o “poder” não significa o “conjunto de instituições e aparelhos garantidores da sujeição dos cidadãos em um Estado determinado” (FOUCAULT, 1985, p. 88). Não há um *locus* centralizador do poder, não existe “a” figura central representante do poder soberano, “o poder está em toda parte; não porque englobe tudo e sim porque provém de todos os lugares” (FOUCAULT, 1985, p. 89). As figuras do médico, do psicólogo, do assistente social, do educador etc. não compreendem o ponto de emanção do poder. Estas são figuras que, imbricadas no tecido social, estão atravessadas e constituem-se por um poder que atende às estratégias de existência de uma determinada sociedade.

direito de apreensão das coisas, do tempo, dos corpos e, finalmente, da vida; seu exercício culminava com o privilégio de se apoderar da vida para suprimi-la. Nas sociedades disciplinares surgem os mecanismos voltados à incitação da vida, ao seu controle, vigilância, um poder destinado a produzir forças, a fazê-las crescer e a ordená-las mais do que barrá-las, dobrá-las ou destruí-las.

O nascimento das prisões, certamente, marca o início de – e afirma – novas formas da humanidade se relacionar. Um aparelho disciplinar exemplar (assim como o é a prisão) deve agir sobre o homem de forma mais exaustiva possível, tomando para si todos os aspectos da vida e do corpo do indivíduo: “seu treinamento físico, sua aptidão para o trabalho, seu comportamento cotidiano, sua atitude moral, suas disposições [...]. Sua ação sobre o indivíduo deve ser ininterrupta: disciplina incessante” (FOUCAULT, 2008, p. 198).

Com o “advento” das prisões, aquele que anteriormente era reconhecido como adversário do soberano, passa a integrar o papel de inimigo social e se transforma em sujeito desviado, que carrega consigo o perigo múltiplo da desordem, do crime, da loucura. Ainda de acordo com Foucault (2008), a prisão pré-existe à sua utilização sistemática nas leis penais. Ela surgiu fora dos aparelhos judiciários, na realização de processos que intencionavam repartir os indivíduos, fixá-los, distribuí-los, esquadrinhá-los, classificá-los e deles se retirar o máximo de tempo e de forças. Uma aparelhagem capaz de tornar os indivíduos dóceis e úteis ao sistema de produção através de um trabalho preciso sobre seu corpo.

Mas, oficialmente, a que se propõe a prisão? Thompson (1980) traça interessantes questionamentos em sua obra *A questão penitenciária* e nos responde e problematiza a que se pretendem as prisões. De acordo com o autor, são três as finalidades ditas oficiais: 1) punição retributiva do mal causado à sociedade pelo

infrator; II) prevenção da prática de novas infrações, usando-se para tanto da intimidação do condenado e de pessoas potencialmente criminosas; III) regeneração do condenado, no sentido de transformá-lo de criminoso em sujeito não-criminoso. A meta de reabilitação, segundo Thompson (1980), passa a merecer especial ênfase no século XIX e pretende-se a cura, a regeneração, a recuperação, a readaptação, a ressocialização e a reeducação do encarcerado.

Foucault (2009), ao traçar o surgimento das prisões, relata a prática da chamada *lettre-de-cachet* instituída na França no século XVIII, apresentando-a como instrumento de punição (condicionado ao decreto do rei) solicitada por qualquer membro da comunidade e direcionada a uma pessoa ou grupo. Ao decretar uma *lettre-de-cachet*, o rei poderia ordenar a prisão daquele considerado perigoso ou que coloca em risco as boas condutas religiosas, a moralidade ou aquele que é desordeiro em seu trabalho. A duração da pena de prisão não era delimitada e o sujeito estaria à mercê do julgamento daquele que solicitou sua punição (a comunidade, a igreja, o empregador ou um pai que tentara casar sua filha etc.). A pena de prisão estava terminada quando o solicitante da *lettre-de-cachet* entendia que o condenado já havia se corrigido de sua falta.

Portanto, vemos que a prática de prisão enquanto possibilidade de cura, regeneração, recuperação, readaptação, ressocialização e reeducação do encarcerado tem início com as *lettre-de-cachet* na França no século XVIII, como assinala Foucault (2009).

Trata-se aqui, de refletirmos sobre a ideia do encarceramento como possibilidade de cura e de correção do sujeito. Foucault (2005) destaca em claras palavras que a prisão está longe de transformar os criminosos em “gente honesta”, servindo apenas para fabricar novos criminosos ou afundá-los ainda mais na

criminalidade. Oportunamente nos fazemos valer da colocação encontrada em Thompson (1980), para problematizarmos a penalidade moderna por meio da punição e da correção: “Para punir um homem retributivamente é preciso injuriá-lo. Para reformá-lo, é preciso melhorá-lo. E os homens não são melhoráveis através de injúrias” (p. 06).

Foucault (2008) destaca:

A criminalidade não nasce nas margens e por efeito de exílios sucessivos, mas graças a inserções cada vez mais rigorosas, debaixo de vigilâncias cada vez mais insistentes, por uma acumulação de coerções disciplinares. Em resumo, o arquipélago carcerário realiza, nas profundezas do corpo social, a formação da delinquência a partir das ilegalidades sutis, o ressarcimento destas por aquela e a implantação de uma criminalidade especificada (p. 249).

Nesse sentido, os objetivos/metas “re” (regeneração, recuperação, readaptação, ressocialização e reeducação do encarcerado) do sistema prisional não ultrapassam a categoria de ilusões. Ilusões amargas que adocicam (buscam legitimar) o apelo cada vez maior pela punição, pela privação de liberdade que se aplica a uma parcela da população, considerada como verdadeira ameaça ao bem estar social. Segundo Batista (2009), população essa que sempre foi a dos dessocializados, desintegrados, desclassificados. Assim, em seus objetivos explícitos (as metas “re”), o sistema prisional tem se mostrado, há muito, fracassado. Entretanto, tem funcionado muito bem ao se propor controlar, arrumar, diferenciar e selecionar os ilegalismos populares e os ilegais. Dessa forma, Batista (2009) atenta-nos para o fato de que o sistema penal constitui-se em armadilha: os discursos orientados através dos objetivos/metas “re” deslocam-nos para uma malha fina, às vezes sutil, em que são tecidas medidas de contenção e controle social elaboradas com critérios bem explícitos quanto à sua seletividade.

Portanto, a penalidade instalada a partir do século XIX instaura-se sob novo aspecto, voltando-se mais incisivamente para o controle e reforma psicológica e moral dos comportamentos e atitudes dos sujeitos criminosos (FOUCAULT, 2009). Sob essa nova forma de punição vislumbra-se o controle dos sujeitos e a vigilância de seus comportamentos, de modo que a penalização não mais incide sobre o crime, mas pune-se o criminoso por aquilo que ele pode vir a fazer, ao que é capaz de fazer ou aquilo que está "sujeito" a fazer. Uma nova forma de punir, portanto, se estabelece para aqueles que contrariaram a lei. Esta passa a atuar ao nível das virtualidades do homem e faz emergir, ao final do século XIX, a noção de periculosidade:

A noção de periculosidade significa que o indivíduo deve ser considerado pela sociedade ao nível de suas virtualidades e não ao nível de seus atos; não ao nível das infrações efetivas a uma lei efetiva, mas das virtualidades de comportamento que elas representam (FOUCAULT, 2009, p. 85).

Com a incorporação do poder disciplinar¹² ao biopoder¹³, as ciências ganham relevante papel no que diz respeito às práticas judiciárias. Essa noção de periculosidade e as ações punitivas constituem-se a partir de uma série de saberes ditos científicos, tais como a psiquiatria, a psicologia, a sociologia etc., conhecimentos que passam a orientar o judiciário, legitimando suas intervenções sociais.

¹² Poder com função anátomo-política, orientado ao homem-indivíduo, com a finalidade de fixar e extrair força e tempo do sujeito em uma ordem de produção industrial.

¹³ Nova configuração do poder que incorpora ao poder disciplinar a biopolítica e está voltado ao homem-espécie, à regulamentação da vida enquanto massa e ao controle das populações.

De acordo com Foucault (2005b), no biopoder tem-se a inversão da máxima colocada sobre as práticas de soberania, em que cabia ao soberano *fazer morrer ou deixar viver*. O direito de vida e poder sobre a morte estavam sob domínios do poder soberano e com o surgimento do biopoder ocorre a inversão dessa lógica: há a pretensão de se alongar a vida, de otimizá-la, favorecendo os processos de longevidade, importando agora o *fazer viver e o deixar morrer*. De acordo com Foucault, é a vida que entra em cena, vida enquanto espécie e a ela se aplicam normas e regulamentações, com a finalidade de se estabelecer um controle não somente sobre o indivíduo, mas também sobre a população.

Mas se atualmente vivemos em uma sociedade voltada ao prolongamento da vida, à longevidade humana e à incitação da vida, esses preceitos permanecem dentro de realidades tais como os estabelecimentos prisionais? É verdadeira a máxima *fazer viver* dentro dessas instituições de sequestro¹⁴? Ao que parece, a realidade das penitenciárias brasileiras se enquadram menos no *fazer viver* e mais no *deixar morrer*. Ou será que podemos falar de um *fazer morrer*?

O poder soberano, formulado como direito de vida e de morte, não é extinto com o advento do poder disciplinar e do biopoder. Eles coexistem nas mais diversas práticas sociais, se manifestam sob mecanismos diversos e se atualizam a todo o instante em diferentes dispositivos de poder. Portanto, dentro das unidades prisionais vemos o poder soberano (“direito de apreensão das coisas, do tempo, dos corpos e, finalmente, da vida; culminava com o privilégio de se apoderar da vida para suprimi-la”, FOUCAULT, 1985, p. 128) atualizando-se em diferentes práticas

¹⁴ Instituições de sequestro são entendidas e analisadas por Foucault (2009) como aquelas que objetivam fixar um indivíduo em um aparelho de normalização. A escola, a fábrica, a prisão e os hospitais têm por finalidade ligar o sujeito a um processo de produção, de formação ou de correção.

dessa instituição, fazendo-nos pensar na existência de um *fazer morrer ou deixar viver* (direito do soberano sobre seus súditos) que, dessa forma, não está distante de nossa atual realidade biopolítica.

As constantes notícias veiculadas pela mídia nacional¹⁵ e as recentes constatações de organizações não governamentais¹⁶ em prol dos direitos humanos não deixam dúvidas quanto à forte presença do *fazer morrer* nas prisões brasileiras e, em especial, no sistema prisional capixaba.

A recente realidade retratada nesses diversos meios de comunicação vem confirmar constatações de Wacquant (2001) quando visitou algumas penitenciárias brasileiras:

É o estado apavorante das prisões do país, que se parecem mais com campos de concentração para pobres, ou com empresas públicas de depósito industrial dos dejetos sociais, do que com instituições judiciárias servindo para alguma função penalógica – dissuasão, neutralização ou reinserção (p. 11).

Nesse sentido, Lemos (2007) aponta que onde se percebem a ausência do respeito pela vida e pela integridade física e moral do sujeito, a ausência de condições mínimas para uma existência digna, o uso do poder de forma ilimitado, a liberdade fragilizada e uma autonomia inexistente - nessa dura realidade encontrada nas prisões onde muitos dos direitos fundamentais não são reconhecidos e

¹⁵ Vejamos, por exemplo, a matéria, cuja manchete é: “As masmorras capixabas”, veiculada por diversas revistas, jornais impressos e meios eletrônicos, que ganhou destaque, inclusive, na imprensa internacional. Ver: <http://oglobo.globo.com/pais/noblat/posts/2010/03/07/as-masmorras-de-hartung-aparecerao-na-onu-272212.asp>

¹⁶ Ver documento de solicitação pela Intervenção Federal nas penitenciárias do Espírito Santo disponível em: http://www.estadao.com.br/especiais/2009/11/crimesnobrasil_if_es.pdf

minimamente assegurados - não há espaço para a dignidade da pessoa e esta poderá servir como mero objeto de arbítrio e injustiças.

O *fazer morrer*, portanto, se faz presente quando aos internos são negados direitos mínimos de dignidade humana, tais como acesso à saúde, educação, esporte, trabalho etc. A dura realidade a que estão submetidos – superpopulação carcerária, péssimas condições de higiene e de alimentação, estando entregues a todo tipo de violência - nos faz perceber e analisar quem de verdade está inscrito à máxima do *fazer viver*.

4. AS PRISÕES DA VIDA NUA

Quando parece que “está tudo dominado”, como diz um rap brasileiro, no extremo da linha se insinua uma reviravolta: aquilo que parecia submetido, controlado, dominado, isto é, “a vida”, revela no processo mesmo de expropriação, sua potência indomável.

Peter Pál Pelbart (2003)

Ao adentrar pela primeira vez em uma unidade prisional¹⁷, certamente, muitos detalhes me chamaram a atenção, especialmente, o forte cheiro vindo dos pavilhões, que não me recordo de tê-lo sentido em nenhum outro local, um odor que misturava e fazia brotar sensações e percepções distintas. Cheiros de suor, de urina, de cozinha, de padaria, de roupas sujas, de comida estragada, de amontoamento de gente, de sonhos perdidos, vidas esquecidas, pessoas tornadas animais e apreendidas em suas jaulas. Esses cheiros, tão característicos de uma prisão, ainda não os encontrei em mais nenhum lugar. Há quem diga que esse amálgama de cheiros circula lá pelas bandas dos manicômios.

Além dos cheiros, os lençóis, as roupas e os braços e pernas pendurados pelas grades das janelas (ou seriam jaulas?) desenham e nos dão dicas de que esse espaço seja realmente uma prisão. Lençol pendurado, braços pendurados, pernas penduradas e vidas, muitas vidas suspensas! Mas lá pelas bandas dos manicômios há de se ter isso também, sim senhor!

Além dos cheiros, dos lençóis, roupas, braços e pernas há que se lembrar, e disso não se pode esquecer, dos gemidos, dos murmúrios, dos gritos e dos berros que ecoavam de todas as partes do presídio. Mas o eco só se fazia no vento, o vento muitas vezes era seu interlocutor. As vozes, que repetidamente se

¹⁷ As percepções, as sensações e as paisagens aqui descritas remetem-se ao meu primeiro contato com o sistema prisional, à minha experiência de estagiária na Penitenciária Regional de Linhares (PRL).

faziam escutar pelo vento, aquele mesmo vento que carregava tantos cheiros, quase nunca chegavam aos ouvidos para os quais se destinavam. Engraçado, já me disseram que pelos corredores dos manicômios os ventos também sopram, além daqueles já conhecidos cheiros, os ecos de vozes sem destino.

Não poderia deixar para trás – assim como não deixei os cheiros, os lençóis, as roupas, as pernas, os braços e as vozes – os bilhetes. Ah, os bilhetes! As tortas letras dispostas em indignos papéis, pedaços de carteiras de cigarro, de rolo de papel higiênico, de livros carcomidos pelas traças, de embalagens de biscoito, e, às vezes, num ato de coragem, bilhetes escritos em pedaços de páginas amareladas daquela que seria a palavra da salvação, a bíblia.

Os bilhetes, muito conhecidos entre toda a guarda de qualquer presídio, são chamados de catuques¹⁸. Eles sempre tiveram remetente certo e menos questionável ainda eram seus destinatários. Pedidos de ajuda, de socorro, pedidos por notícias de familiares, por remédios e até pequenas declarações de amor transformavam o indigno papel em documento oficial de cadeia. Psicólogos, assistentes sociais, chefes de segurança, advogado, enfermeiras e o diretor do presídio. A todos eles era certo a chegada de um catuque. Bem, isso não sei dizer se existe lá pelas bandas dos manicômios.

Em um pequeno espaço territorial, onde quem tem um olho é rei, muitas são as impressões. Algumas passam, outras grudam em nós e nos seguem por longos caminhos e nos levam a outras terras, desconhecidas terras que tememos e teimamos em conhecer. A vida em sua realidade, em sua dureza, em seu fato, a

¹⁸ No cotidiano da PSMA I, contrário à realidade da PRL, não existem catuques, não há pedaços de papel, por menores que sejam, circulando entre a massa carcerária. Se há, contrariam toda a lógica de segurança máxima da penitenciária e, por isso mesmo, jamais chegam aos setores técnico ou administrativos.

vida pela vida, e a briga por continuar vivo: a “vida nua”, “a vida besta” ou somente a vida e as formas de vivê-la!

Segundo Agamben (2010), os gregos não possuíam um único termo para definir o que nós entendemos pela palavra *vida*. Com semântica e morfologia distintas, referiam-se a *Zoé* como o simples fato de viver comum a todos os seres vivos (animais, homens ou deuses), enquanto *Bios* indicava a forma ou maneira de viver própria de um indivíduo ou grupo.

Por *zoé*, entende-se uma vida não-politizada, uma simples vida natural, que no mundo clássico era excluída da *pólis* e estaria confinada à mera vida reprodutiva. A vida reduzida à esfera *zoé* faz com que os corpos sejam “matáveis”, sem que tais mortes constituam a noção de homicídios ou crimes, pois trata-se de corpos distantes de toda relevância política social. A vida, nessa dimensão, está reduzida à sobrevida puramente biológica.

A realidade do sistema prisional brasileiro, infinitas vezes veiculada pela mídia nacional e internacional, sem tirar nem por exageros, retrata a subjugação da vida ao seu aspecto mais cru e mais dissecado: a vida nua. Vida tratada como *fato*, como puro fato da existência biológica do ser. Vida colocada como fato comum a todos os seres vivos: vida *zoé*.

Ocupando o lugar de “fato”, a vida se torna objeto “capturável” pelo poder dominante que a isola da compreensão da vida enquanto *bios*, enquanto “formas” ou maneiras de viver peculiares a determinado sujeito ou grupo. A vida como mero fato biológico, vida nua, *zoé*, está submetida ao poder soberano e ao seu arbítrio, colocada a um só tempo como objeto de exclusão e inclusão, como expressão do direito de morte e poder sobre a vida. Assim, a existência das concepções de *Homo*

Sacer e a Vida Nua tornam possíveis e executáveis as relações de soberania, visto que o poder soberano opera sobre e constitui o *Homo Sacer* enquanto tal.

A figura do *Homo Sacer*, segundo Agamben (2010), é a figura do direito romano arcaico, cuja especificidade está no fato de sua morte não constituir qualquer tipo de penalidade (sua vida é tratada a partir da noção de *zoé*) e no veto de seu sacrifício. A vida do *Homo Sacer* está situada no cruzamento entre uma matabilidade e uma insacrificabilidade. Esta última configura-se no sentido de que a violência cometida contra essa vida não constitui sacrilégio, visto que não se trata de uma vida digna de ser consagrada aos deuses. Logo, a vida do *Homo Sacer* é duplamente excluída, tanto do direito humano (sua morte não representa crime), quanto do direito divino (este não é passível de sacrifício), tanto do âmbito profano quanto do religioso.

A noção de *Homo Sacer*, que classifica o indivíduo como uma vida matável, sem que sua morte agregue prejuízos jurídicos ou qualquer outra penalidade ao seu assassino, visto que se trata de uma pura vida biológica, sem valor político ou social, é bastante atual e extremamente visível no contexto prisional.

Agamben (2010) aponta uma analogia entre a estrutura do *Homo Sacer* e a estrutura da exceção soberana:

Assim como, na exceção soberana, a lei se aplica de fato ao caso excepcional desaplicando-se, retirando-se deste, do mesmo modo o *homo sacer* pertence ao Deus na forma da insacrificabilidade e é incluído na comunidade na forma da matabilidade (p. 84).

Ainda de acordo com o autor, a decisão soberana, que suspende a lei no estado de exceção, é a esfera-limite do agir humano que implica, em seu funcionamento, a produção da vida nua. Se a vida do *Homo Sacer* é insacrificável e

matável por qualquer um, a dimensão da vida nua constitui o referente ao *Homo Sacer* na violência soberana.

Na biopolítica moderna, soberano é aquele que decide sobre o valor ou sobre o desvalor da vida enquanto tal. A integração entre a medicina e a política, uma das características essenciais da biopolítica moderna, implica que a decisão soberana sobre a vida se desloque de motivações e âmbitos estritamente políticos para um terreno mais ambíguo, no qual médico e soberano parecem trocar de papéis. No espaço prisional, como aliados do sistema disciplinar e biopolítico, estão presentes, além da figura do médico, o psicólogo e o assistente social, assumindo posições soberanas sobre os reclusos, uma vez que o futuro dessas vidas torna-se dependente, perante a justiça, de laudos e relatórios psicológicos. A exigência e a relevância desses laudos parecem corroborar com aquilo que Agamben (2010) traz como característica essencial da biopolítica moderna, qual seja “a necessidade de redefinir continuamente o limiar que articula e separa aquilo que está dentro daquilo que está fora, *bios e zoé*, vida nua e existência política” (p. 127).

As constantes notícias de assassinatos entre os internos, de bárbaros crimes e torturas cometidos por aqueles que deveriam custodiar e cuidar, representantes aqui do Estado, as frequentes rebeliões provocadas em protesto pelos índices inacreditáveis de superlotação prisional, nos faz questionar: Em um país dito democrático como o Brasil, como essas mortes tornam-se aceitas por sua população? Por que os crimes cometidos contra a massa carcerária não geram manifestações populares, ao contrário, permanecem em estado de inércia até mesmo os representantes legais do Direito e os líderes políticos?

Em sua obra *Homo Sacer*, ao retratar a condição das VP (*Versuchepersonen*, cobaias humanas das experimentações nazistas alocadas nos

campos de concentração), Agamben (2010) questiona por que as brutais experiências com cobaias humanas também acontecidas em estados americanos, com cidadãos americanos condenados à morte, tornaram-se possíveis, sendo os EUA um país democrático.

O autor responde:

A única resposta possível é a de que tenha sido decisiva, em ambos os casos [no estado democrático americano e no estado de exceção nazista], a particular condição das VP (condenados à morte ou detentos em um campo de concentração, o ingresso no qual significava a definitiva exclusão da comunidade política). Justamente porque privados de quase todos os direitos e expectativas que costumamos atribuir à existência humana e, todavia, biologicamente ainda vivos, eles vinham a situar-se em uma zona-limite entre a vida e a morte, entre o interno e o externo, na qual não eram mais que vida nua. Condenados à morte e habitantes do campo, são, portanto, de algum modo inconscientemente assemelhados a *homines sacri*, a uma vida que pode ser morta sem que se cometa homicídio (p. 155).

Encontramos aqui um ponto de convergência entre os americanos condenados à morte, os desnacionalizados entregues às peripécias nos campos nazistas e os internos do sistema prisional brasileiro. Estar recluso, sob aquilo que poderíamos chamar de primitivas condições de existência humana, desvinculado/excluído do resto da comunidade política e privado de quase todos os direitos e expectativas atribuídas à condição humana, faz do presidiário um ser habitante da mais pura condição de vida nua, de *homo sacer*, de ser matável e, portanto, irrelevante seria sua sobrevivência para a sociedade.

Foucault (2005b) remete-nos à noção de racismo para abordar semelhantes questões. Na emergência do biopoder, diante das funções de prolongar

a vida, sua duração, suas possibilidades e multiplicidades, desviando seus acidentes ou então compensando suas deficiências, como era (e ainda é) possível para um poder político assumir a postura de matar, de reclamar a morte, pedir a morte, mandar matar ou expor à morte?

A partir da concepção de raças humanas, surgem as distinções e hierarquias entre aquelas raças ditas superiores e as inferiores, as dominadoras e as dominadas, as evoluídas e as degeneradas. Frente à qualificação de certas raças e à forçosa desqualificação de outras, o racismo atua como mecanismo de corte, um corte entre aqueles que podem (devem) morrer e aqueles que devem, ou merecem, viver. O racismo cumpre a função de defasar, no interior das populações, uns grupos em relação aos outros, fragmentar povos.

Quanto a isso, à defasagem de populações, podemos dizer que não se trata de algo natural, mas de um processo historicamente construído, algo que se produz nas malhas do tecido social. Muitos são os mecanismos que separam os "povos", a prisão está entre eles. Segundo Foucault (2006), a prisão funciona como um dispositivo de segregação ao produzir o corte entre "os bons cidadãos" e os "bandidos", além de produzir e reforçar a noção de delinquência. E não só segrega os "bons cidadãos" dos "bandidos", como também recorta entre as camadas empobrecidas aqueles tidos como "pobre digno" e "pobre indigno".

É como se toda a valorização e toda a "politização da vida" implicasse necessariamente uma nova decisão sobre o limiar além do qual a vida cessa de ser politicamente relevante, é então somente "vida sacra", e como tal, pode ser impunemente eliminada. Toda sociedade fixa este limite, toda sociedade decide quais são seus homens sacros (AGAMBEN, 2010, p. 135).

Para Foucault (2005b), as noções de raça e de racismo são a condição de aceitabilidade que permite eliminar uma vida numa sociedade de normalização. A função “assassina” do Estado só pode ser assegurada desde que o Estado funcione no modo do biopoder, pelo racismo. Este representa a condição para que se possa exercer o velho direito soberano de causar a morte.

Os trechos que se seguem são de um relatório/denúncia, partida de uma OSCIP (Organização da Sociedade Civil de Interesse Público), solicitando ao Supremo Tribunal Federal a intervenção federal em várias unidades prisionais e de internação para adolescentes em conflito com a lei do Estado do Espírito Santo. Esses fragmentos denunciam a presença, para a qual, muitas vezes, estamos de olhos vendados, do *homo sacer*, da *vida nua* e do *racismo* hoje.

Na unidade de internação de adolescentes – UNIS – foi relatada a presença de adolescentes em dois contêineres, que ficavam expostos ao sol, submetidos à temperatura de até 50°C, sem banheiro e sem água encanada. Os adolescentes eram obrigados a defecar e urinar dentro do próprio contêiner e, em um dos contêineres, os excrementos dos adolescentes ficavam acumulados como um córrego no canto sulcado do caixote. O cheiro era repulsivo. Alguns adolescentes vomitavam constantemente (CONNECTAS DIREITOS HUMANOS, 2010). Presos com marca de mordidas de roedores e presença permanente de chorume no piso do estabelecimento devido à enorme quantidade de lixo acumulado; as visitas íntimas eram feitas em cima do chorume e do esgoto (CONNECTAS DIREITOS HUMANOS, 2010).

4.1 A vida nua irrepresentável nos números oficiais

A realidade do sistema penitenciário capixaba está “aberta” para toda a população. Encontramo-la estampada nas fotos de jornais, noticiada em sites, denunciada em blogs particulares e escancarada, quando em troca a notícia gera

ibope, nos programas de TV. Não há, portanto, muita novidade nos números que apresentaremos a seguir. A tentativa é de problematizar exatamente aquilo que nos aparece como sendo banal.

De acordo com o Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN), em junho de 2010, o Espírito Santo possuía uma população carcerária de 11.870 detentos. A capacidade para custodiar essas pessoas era de 8.928 vagas, totalizando um déficit de 2.942 vagas (MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, 2010).

Certamente não se trata de um déficit a ser ignorado. A superlotação dos presídios é fato inquestionavelmente gerador de muitos problemas entre os internos do sistema. Rebeliões, fugas, assassinatos brutais, lutas por um espaço nas celas, disputas por colchões e aquilo que cumpre a vez de cama, sem mencionar as condições degradantes de higiene e alimentação a que estão submetidos.

O InfoPen (Sistema Integrado de Informações Penitenciárias) é responsável por publicizar, através do site do Ministério da Justiça¹⁹, relatórios semestrais referentes às diversas características (números de vagas, de internos, grau de escolaridade, faixa etária, origem étnica etc.) da população carcerária e do sistema prisional brasileiro. Para cada um dos 27 Estados da Federação produz-se um relatório semestral. Nesse momento, interessa-nos o número de saídas do sistema penitenciário capixaba nos dois últimos relatórios gerados pelo InfoPen (referentes aos meses de julho a dezembro de 2009 e de janeiro a junho de 2010). Os relatórios de todos os Estados brasileiros apontam seis motivos para a saída dos internos do sistema prisional: *a) Fuga; b) Abandono; c) Alvará de soltura/Hábeas Corpus; d) Remoção/ transferência; e) Indulto; f) Óbito (natural, criminal, suicídio e acidental).*

¹⁹ Ver: <http://www.infopen.gov.br/>

No último semestre de 2009, assim como no primeiro semestre de 2010, o número referente às saídas do sistema penitenciário do Estado do Espírito Santo em decorrência de óbito, apresentado pelo InfoPen, foi de zero. Ao contrário das denúncias diárias feitas por jornais, canais de TV, Ong's, OSCIP's e pelo Conselho Estadual de Direitos Humanos, no Espírito Santo, no período de um ano (julho de 2009 a junho de 2010), não houve nenhum caso de óbito dentro de seu sistema prisional.

Apropriamo-nos, mais uma vez, de fragmentos da solicitação de intervenção federal nas unidades prisionais capixabas, oriunda de uma OSCIP:

Foi o que constatou o Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (CDDPH) em inspeção no Espírito Santo nos dias 15 e 16 de outubro de 2009. Ainda há pessoas encarceradas em contêineres, totalmente desprovidas de quaisquer condições de salubridade e higiene, com a presença de larvas e ratazanas, comida e dejetos apodrecidos. O CDDPH também encontrou mulheres encarceradas em contêineres metálicos, em situação de total desrespeito aos seus direitos (CONNECTAS DIREITOS HUMANOS, 2010).

Acrescente-se que em 29 de setembro [de 2009] ocorreu mais um episódio desta tragédia anunciada: dois corpos foram encontrados na Casa de Custódia de Viana – CASCUVI. Os presos Messias de Nazaré Chaves, de 25 anos, e Waldequir da Silva Pinto, de 21 anos, ao que tudo indica, foram espancados até a morte (CONNECTAS DIREITOS HUMANOS, 2010).

Diante da dissonância dos dados, torna-se válida e necessária uma simples pergunta: o que essa postura de omissão de dados produz? Não intencionamos aqui apenas contestar as informações do InfoPen, apresentando provas de que suas estatísticas não estão de acordo com a realidade do Estado do Espírito Santo. Devemos, sobretudo, problematizar esses dados, ampliar nosso

olhar para essa realidade, pensar o que isso produz, para que ou para quem essas estatísticas servem? Quais seus efeitos? O que elas estão produzindo no tecido social?

As vidas ceifadas no interior dos presídios capixabas, não transformadas em estatísticas e, portanto, não reconhecidas pelo Estado, compreenderiam ao *Homo Sacer* de hoje? Seriam elas aquelas vidas matáveis e insacrificáveis? Vida nua, zoé? Essas estatísticas apontariam para a existência dessa vida matável? Um assassinato que não constitui crime, já que não entra nem mesmo para os dados do Ministério da Justiça?

Cabe-nos ainda rever o chamado *óbito por motivo natural* no contexto carcerário. Até onde tais mortes (sabidas, mas não reveladas nas estatísticas citadas) podem ser consideradas naturais? Morre-se porque “assim quis” a natureza do corpo? Padece-se apenas seguindo o rumo natural da vida? Ou estariam essas vidas encarceradas sendo submetidas a condições que não as levariam para outro lugar senão à morte? Vidas nuas entregues à própria sorte? Deixa-se morrer, faz-se seu fim.

4.2 O que se “passa” nas prisões?

Ao lado do poder, há sempre a potência. Ao lado da dominação, há sempre a insubordinação. E trata-se de cavar, de continuar a cavar, a partir do ponto mais baixo: este ponto... é simplesmente lá onde as pessoas sofrem, ali onde elas são as mais pobres e as mais exploradas; ali onde as linguagens e os sentidos estão mais separados de qualquer poder de ação e onde, no entanto, ele existe; pois tudo isso é a vida e não a morte.

Toni Negri (2001)

A prisão, vista por Rauter (2009) como componente do “dispositivo da criminalidade”, processa em suas engrenagens subjetividades capitalísticas, produzindo segregações no interior dos grupos sociais (“bons cidadãos” X “bandido”; “pobre digno” X “pobre indigno”). De acordo com Foucault (2006), o sistema prisional

tem como finalidade fortalecer a ideia de que os pobres são predispostos à delinquência e reproduz a afirmativa de que aqueles que estão presos são naturalmente perigosos à sociedade. “Pensamos que as práticas que mantêm as prisões em operação produzem envenenamentos subjetivos” (RAUTER, 2009, p. 213).

Tavares e Menandro (2004) mencionam as prisões brasileiras como um mecanismo de oficialização da exclusão que paira sobre os internos, oficializando uma exclusão social, econômica e cultural que já atingia essas pessoas mesmo antes do processo de encarceramento. A passagem pela prisão funciona, como afirmam os autores, como um atestado de exclusão social com firma reconhecida. A prisão está colocada como possibilidade para as camadas pobres, vistas como ameaças aos bons costumes da sociedade e carentes de vigilância para a manutenção da lei. O sistema prisional permanece à espreita desses sujeitos e o ingresso no sistema apenas atesta ou comprova aquilo que já estava dado como possibilidade constante.

De acordo com Thompson (1980), na prisão

[...] tudo é organizado de sorte a lhes propiciar a nítida e clara sensação de pertencerem a mais baixa camada social, em termos de status. A sociedade timbra em mostrar que os define, não como sua parte subordinada, mas como uma classe moralmente inferior de pessoas, cuja manutenção representa um custo, objetos a serem manipulados, sem direito a emitir opinião acerca do modo por que isso será feito (p. 56).

Portanto, a expropriação da vida enquanto *bios* e sua conversão em vida zoé se faz por mecanismos incontáveis:

O muro da prisão, física e simbolicamente, separa duas populações distintas: a sociedade livre e a comunidade daqueles que foram, por

ela, rejeitados. A altura e espessura da barreira, a presença, no cimo, de soldados armados de metralhadoras, o portão pesado, com pequenas viseiras, cuja abertura exige uma operação complicada por várias medidas de segurança, estão a demonstrar, inequivocamente, que os rejeitadores desejam muito pouco contato com os rejeitados. O uniforme destes, o estado de subordinação permanente, as trancas, os conferes, as revistas, lembram-nos, a todo o instante, serem portadores de um estigma, tão aparente e difícil de arrancar quanto o produzido pelo ferrete, na rês (Thompson, 1980, p. 55).

Mas até onde esses mecanismos criados para excluir, subjugar, dominar e enfraquecer os sujeitos a eles submetidos podem chegar? No contexto prisional também não haveria espaço para a produção de novos territórios existenciais alternativos àqueles produzidos de forma serializada pela engrenagem mortificante da prisão? “Lá onde há poder há resistência e, no entanto (ou melhor, por isso mesmo) esta nunca se encontra em posição de exterioridade em relação ao poder” (FOUCAULT, 1985, p. 91).

Assim, em diálogo com Pelbart (2003), entendemos que a invenção não é prerrogativa dos grandes gênios, nem monopólio da indústria ou da ciência, ela é a potência do homem comum. A esse mesmo homem, habitante dos horrendos espaços prisionais, pertence a capacidade da invenção, a potência de criação de novos laços, de novas conexões, do estabelecimento de novas redes, novas linhas e novos territórios subjetivos. “Pois trata-se sempre da vida, na sua dimensão de produção e de reprodução que o poder investe, e que no entanto é o caldo a partir do qual emergem os contra-poderes, as resistências, as linhas de fuga” (PELBART, 2003, p. 86).

Em meio aos mecanismos utilizados no interior da prisão para seu “bom” funcionamento encontramos a figura do psicólogo. Qual é o seu papel? Quais são

suas práticas? A quem ele tem servido? Rauter (2009) atenta-nos para a posição estratégica ocupada por esse profissional dentro dos presídios, apontando as práticas “psi” como possibilidades de produção de focos de resistência à rede de poder institucional, “construção de estratégias vitais diante de um horizonte de extermínio” (RAUTER, 2009, p. 221). Segundo a autora, é tarefa ainda do psicólogo denunciar as condições aterrorizantes de sobrevivência presentes no interior dos cárceres brasileiros e, tanto para a produção de estratégias de resistência quanto para a efetivação das denúncias, esse profissional precisa estar voltado à construção e fortalecimento de redes, rompendo com isso o isolamento do estabelecimento prisional. “Mas os psicólogos não estariam inventando sozinhos essas estratégias: elas já estão presentes no campo social e no interior das próprias prisões, cabendo-lhes o papel de catalisador” (p. 221).

Apostamos na potência da vida humana, em sua capacidade de superação, de criação, de reinvenção. Apostamos em sua resistência frente aos poderes de subjugação, nos movimentos operados para a elaboração de novas formas de vida, novas formas de existência. Esta pesquisa ou esta aposta, portanto, se fez na busca dos mecanismos, dos dispositivos, das estratégias elaboradas pelos internos do sistema prisional capixaba que os mantém em processo de criação e afirmação da vida.

Se não se pode fazer o mapa dessas forças de vida, dessas jazidas de virtualidade espalhadas por toda parte, desses lençóis de subjetividade, podemos ao menos tentar cartografar seus pontos de emergência, seus locais de irrupção, suas atualizações diversas, e os dispositivos que se vão inventando para liberar essa vitalidade sequestrada, ou os pontos de estrangulamento dessa vitalidade. Cartografia vital, subjetiva, afetiva, biopolítica (PELBART, 2010, p. 5).

5. FAZENDO PESQUISA: O GEÓGRAFO QUE NÃO QUERO SER...

[...] O sexto planeta era dez vezes maior. Era habitado por um velho que escrevia em livros enormes.

– Ora, vejam! Eis um explorador! – exclamou ele, logo que avistou o pequeno príncipe.

O príncipezinho sentou-se à mesa, meio ofegante. Já viajara tanto!

– De onde vens? – perguntou-lhe o velho.

– Que livro é esse? – indagou-lhe o pequeno príncipe. – Que faz o senhor aqui?

– Sou geógrafo – respondeu o velho.

– Que é um geógrafo? – perguntou o príncipezinho.

– É um especialista que sabe onde se encontram os mares, os rios, as cidades, as montanhas, os desertos.

– Isso é bem interessante – disse o pequeno príncipe. – Eis, afinal, uma verdadeira profissão!

E lançou um olhar, ao seu redor, no planeta do geógrafo. Nunca havia visto planeta tão grandioso.

– O seu planeta é muito bonito. Há oceanos nele?

– Não sei te dizer – disse o geógrafo.

– Ah! (O príncipezinho estava decepcionado.) E montanhas?

– Não sei te dizer – disse o geógrafo.

– E cidades, e rios, e desertos?

– Também não sei te dizer – disse o geógrafo pela terceira vez.

– Mas o senhor é geógrafo!

– É verdade – disse o geógrafo. – Mas não sou explorador. Faltam-me exploradores! Não é o geógrafo quem vai contar as cidades, os rios, as montanhas, os mares, os oceanos, o deserto. O geógrafo é muito importante para ficar passeando. Nunca abandona a sua escrivaninha. Mas recebe os exploradores, interroga-os e anota seus relatos de viagem. E quando algum lhe parece mais interessante, o geógrafo faz um inquérito sobre a moral do explorador.

– Por quê?

– Porque um explorador que mentisse produziria catástrofes nos livros de geografia. Assim como um explorador que bebesse demais.

– Por quê? – perguntou o pequeno príncipe.

– Porque os bêbados veem em dobro. Então o geógrafo anotaria duas montanhas onde, na verdade, só há uma.

– Conheço alguém – disse o príncipezinho – que seria um mau explorador.

– É possível. Pois bem, quando a moral do explorador parece boa, faz-se uma investigação sobre a sua descoberta.

– Vai-se vê-la?

– Não. Seria muito complicado. Mas exige-se do explorador que ele forneça provas. Tratando-se, por exemplo, da descoberta de uma grande montanha, é essencial que ele traga grandes pedras.

O geógrafo, de repente, se entusiasmou:

– Mas tu... Tu vens de longe. Certamente és explorador! Portanto, vais descrever-me o teu planeta!

E o geógrafo, tendo aberto o seu caderno, apontou o lápis. Anotam-se primeiro a lápis as narrações dos exploradores. Espera-se, para anotar a caneta, que o explorador tenha trazido as provas.

– Então? – interrogou o geógrafo.

– Oh! Onde eu moro – disse o pequeno príncipe – não é interessante: é muito pequeno. Eu tenho três vulcões. Dois em atividade e um extinto. Mas a gente nunca sabe...

– A gente nunca sabe – repetiu o geógrafo.

– Tenho também uma flor.

– Nós não anotamos as flores – disse o geógrafo.

– Por que não? É o mais bonito!

– *Porque as flores são efêmeras.*
 – *Que quer dizer “efêmera”?*
 – *Os livros de geografia – disse o geógrafo – são os mais exatos. Nunca ficam ultrapassados. É muito raro que uma montanha mude de lugar. É muito raro um oceano secar. Nós escrevemos coisas eternas.*
 – *Mas os vulcões extintos podem voltar à atividade – interrompeu o pequeno príncipe. – Que quer dizer “efêmera”?*
 – *Que os vulcões estejam extintos ou não, isso dá no mesmo para nós – disse o geógrafo. – O que nos interessa é a montanha. Ela não muda.*
 – *Mas que quer dizer “efêmera”? – repetiu o príncipezinho que jamais desistira de uma pergunta que tivesse feito.*
 – *Quer dizer “ameaçada de desaparecer em breve”.*
 – *Minha flor está ameaçada de desaparecer em breve?*
 – *Sem dúvida.*
 – *“Minha flor é efêmera”, pensou o pequeno príncipe, “e não tem mais que quatro espinhos para defender-se do mundo! E eu a deixei sozinha!”*
 – *Esse foi seu primeiro gesto de remorso. Mas retomou a coragem:*
 – *Qual planeta me aconselha a visitar? – perguntou ele.*
 – *A Terra – respondeu o geógrafo. – Goza de boa reputação...*
 – *E o príncipezinho partiu, pensando na sua flor.*

Antoine de Saint-Exupéry (2009)

Este trabalho não estaria a contento do geógrafo de Saint-Exupéry. Não foi para a elaboração de um mapa (representação de todo um conjunto inerte e estático) que mergulhamos nas entranhas da PSMA I. Nas odisséias travadas, nas viagens até Viana, nos encontros com os internos, com o espaço da penitenciária e com seus funcionários, em todos esses momentos não estivemos a procura de nada eterno, não nos preocupamos com a grandeza das coisas.

Buscamos exatamente aquilo que estaria longe, muito longe das sagradas escrivatinhas do importante geógrafo. Dela não se consegue ver a imensidão dos oceanos, a beleza das montanhas e a vida, que mesmo tímida, está preservada nos desertos. É preciso estar no campo! Não trazemos aos leitores provas de nada, não lhes fornecemos nada além de histórias, passagens, efemeridades. A isto sim serviu nossa exploração: fluxos, encontros, desencontros, aprendizados, movimentos, o que hoje é e amanhã não é mais...

[...] o problema, para o cartógrafo, não é o do falso-verdadeiro, nem o do teórico-ou-empírico, mas sim o do vitalizante-ou-destrutivo, ativo-

ou-reativo. O que ele quer é participar, embarcar na constituição de territórios existenciais, constituição de realidade (ROLNIK, 2006, p. 66).

Lançamo-nos ao desconhecido como verdadeiros exploradores! Sem destino traçado, sem falas decoradas, sem *script*. Eram os encontros que diziam o que seria de nossa exploração, qual rumo seguiríamos naquele dia. Abrir todas as possibilidades de encontro, lançar-se ao campo sem ter em mente uma pergunta já fechada, permanecer com os ouvidos bem abertos e os olhos muito atentos, no entanto, não foi tarefa simples. Em um estalar de dedos podemos cair na armadilha de procurar a “montanha eterna” ou as “grandes pedras” que comprovem sua existência.

Cumprimos, então, o exercício da cartografia, nos colocando no lugar de aprendiz de cartógrafo:

O pesquisador se coloca numa posição de atenção ao acontecimento. Ao invés de ir a campo atento ao que se propôs procurar, guiado por toda uma estrutura de perguntas e questões prévias, o aprendiz-cartógrafo se lança no campo numa atenção de espreita (ALVAREZ & PASSOS, 2009, p. 131).

As grandes e eternas montanhas, os oceanos que não secam e não mudam de lugar e que, por isso mesmo, tanto importam ao geógrafo de Saint-Exupéry: não era isso que buscávamos. Não procurávamos regularidades ou generalidades. O ato de visitar a penitenciária semanalmente²⁰ proporcionou relações mais intimistas com o próprio campo e seu funcionamento. Já não era uma estranha quem batia à porta (ou às grades) de entrada da PSMA I. Reconheciam-me alguns funcionários, apontavam-me como a psicóloga-pesquisadora e, aos poucos,

²⁰ As visitas ao campo aconteceram durante os meses de abril, maio, junho, julho e agosto de 2011.

confiaram-me a circulação pelo próprio campo sem que fosse necessário alguém me acompanhar.

Mas e quando esse campo nos fecha uma porta? Ou uma janela? Bem, é nesse ponto então que somos convocados a praticar a paciência do cartógrafo. Estamos a falar do uso de nossas ferramentas de trabalho, ferramentas auxiliares, e, às vezes, imprescindíveis ao trabalho do pesquisador: o bom e velho gravador. Este companheiro de trabalho não participou de nossa jornada. Esteve conosco em apenas uma visita à PSMA I e prestou-se a gravar uma única conversa, um único momento dos tantos outros vividos entre abril e agosto de 2011 dentro da penitenciária.

Na terceira visita ao campo, recebo um ofício em que minha solicitação de uso do gravador é negada, não pela direção da unidade, mas por um órgão pela qual esta se encontra submetida. Permaneceu negada a gravação em áudio ou vídeo e mesmo registros fotográficos não foram permitidos. Essa rigidez tão característica do sistema prisional perturbou-me, deslocou-me, intimidou-me e desanimou-me não mais que alguns instantes. Estava ali para uma visita, para uma e depois outras entrevistas, com ou sem gravador, elas aconteceriam. Criar outra maneira para acompanhar e registrar os processos²¹, os acontecimentos do dia, e aqueles que ainda estavam por vir: essa era nossa tarefa atual. Uma tarefa facilitada, talvez, pelos procedimentos que cabem a um cartógrafo: “estes, pouco importam, pois ele sabe que deve “inventá-los” em função daquilo que pede o contexto em que se encontra. Por isso ele não segue nenhuma espécie de protocolo normalizado” (ROLNIK, 2006, p. 66).

²¹ O termo processo aqui indica a noção de processualidade, visto que a pesquisa cartográfica consiste em acompanhar processos, opondo-se a uma postura de representação de objetos.

Nesse momento, munida de papel e caneta, todos os registros, todos, passam a ser feitos manualmente, durante (e, às vezes, após) as entrevistas, entre uma parada e outra nos diversos “passeios” por entre os corredores da unidade ou no caminho de volta para casa. De fato, tal proibição tornou nossa pesquisa ainda mais desafiadora. Agora, além das já contadas dificuldades colocadas para se chegar até a PSMA I, contamos também com um novo desafio: como não perder nada? Como, sem o uso do gravador, não deixar passar uma frase importante, uma conversa ou fala preciosa?

O aprendiz-cartógrafo vai percebendo que não há outro caminho para o processo de habitação de um território senão aquele que se encontra encarnado nas situações. Mais do que um aprendizado de regras, o aprendizado da cartografia implica numa ambientação aos espaços do campo, onde realmente podemos treinar nossa paciência e atenção aos acontecimentos (ALVAREZ & PASSOS, 2009, p. 147).

Algo escapa, sempre escapará de nós. Afinal, é a condição da cartografia acompanhar processos. E os processos estão em permanente produção e emergência, os territórios se compõem e se desfazem incessantemente. Assim, não nos interessa, então, conhecer a verdade acerca de algo, não nos interessa formular conhecimento sobre algo, *saber sobre*²². Seguindo a linha da cartografia interessa-nos *saber com*.

O *saber com* preconiza a habitação do território, a disponibilidade à experiência e o agenciamento do aprendiz-cartógrafo aos eventos que acompanha,

²² O “*saber sobre*” indica uma posição, ou uma política cognitiva, que busca controlar o objeto de estudo em sua manifestação presente e futura. Conhecer algo, a partir dessa política, significa controlar variáveis da realidade, antecipar o futuro, determinar a regularidade do fenômeno (ALVAREZ & PASSOS, 2009, p. 143).

preconiza a inserção desse aprendiz às paisagens que compõem o território. O cartógrafo não busca as generalidades (ou as eternidades), mas reconhece a singularidade dos eventos e aprende com eles. A que se pretende uma pesquisa? Acreditamos que ela deve priorizar a multiplicidade em detrimento da homogeneização, a abertura de novos olhares em detrimento da cristalização dos mundos e o protagonismo em detrimento da submissão. Pensar a concretização da pesquisa a partir de uma política de narratividade²³ capaz de romper com os modelos dominantes, com o plano das formas e da representação (que entende o fenômeno como algo já dado), pensar em uma política que trabalha em prol do protagonismo dos sujeitos e da afirmação dos processos, da produção de autonomias múltiplas.

Assim, a proibição do uso do gravador tornou-se mais um elemento constituinte de nosso campo. Com ela aprendemos outros funcionamentos possíveis, outras práticas cabíveis no ato de pesquisar. O desafio estava dado e, de posse de caneta e (muito) papel, aprendemos a habitar nosso campo, experimentamos seus elementos e caminhamos por entre possíveis diversos.

5.1 O aprendiz-cartógrafo vai a campo...

Cabe ao pesquisador não apenas determinar a natureza dos processos em curso, mas igualmente sondar as forças subjetivas implicadas, as vontades e desejos que recusam a ordem hegemônica, as linhas de fuga que forjam percursos alternativos, examinando as novas possibilidades de reversão vital que se anunciam.

Peter Pál Pelbart (2003)

²³ De acordo com Passos e Barros (2009), a pesquisa possui um caráter político, assim como deve o pesquisador assumir uma postura cognitiva política frente seu trabalho, que vai desde sua elaboração até a narração dos dados construídos. “[...] uma posição que tomamos quando, em relação ao mundo e a si mesmo, definimos uma forma de expressão do que se passa, do que acontece” (p. 151).

Como já dissemos, as visitas à PSMA I aconteceram entre os meses de abril e agosto de 2011. Chegar até a unidade, como também já foi dito, demandava tempo, disposição e paciência. Estar dentro da penitenciária exigia muito mais que isso, exigia atenção e sensibilidade aos eventos cotidianos, os mais sutis e menores movimentos desse campo estavam sempre nos dizendo alguma coisa. E nossos ouvidos precisavam estar abertos, nossos olhos precisavam estar atentos. Esse foi nosso exercício durante todas as visitas feitas à PSMA I.

A partir de um contato prévio, realizado via telefone com uma das psicólogas da unidade, ficou estabelecido qual dia da semana seria destinado à visita. Então, com dia e horário marcados (já que era preciso seguir os horários do ônibus que chegava até o Complexo Penitenciário de Viana), lá estava eu. E lá estava a psicóloga à minha espera. Nosso primeiro contato pessoal se resumiu a uma conversa sobre a história da penitenciária, sobre suas regras de funcionamento e um rápido “passeio” pelos setores e corredores que compõem a unidade prisional. Nessa mesma visita, já “devidamente ambientada”²⁴, dei início às entrevistas, iniciando a escuta das histórias de vida que irão tecer as páginas desse escrito.

Minhas conversas com os internos aconteciam sempre em uma sala emprestada. Aproveitamos para fazer uma observação quanto a isso: não nos propusemos, em momento algum, a realizar entrevistas como metodologia

²⁴ O uso das aspas se justifica pela ingenuidade da ideia “devidamente ambientada”. Minha integração com o ambiente e as relações produzidas entre os meses de abril e agosto é que possibilitaram uma ambientação mais concreta do espaço que eu estava a habitar. Estar “devidamente ambientada” não era possível em um primeiro dia de visita. Ambientar-me foi um processo gradual. Pouco a pouco é que me sentia mais íntima dos elementos que compunham a vida da PSMA I. E mesmo agora, no momento em que as visitas não acontecem mais, não creio que eu tenha saído daquele território estando “devidamente ambientada”.

tradicional de pesquisa, com perguntas estruturadas, semi-estruturadas, abertas ou fechadas. Nossas entrevistas não estavam sustentadas em questionários prontos, em perguntas elaboradas a priori. As visitas ao campo proporcionaram encontros e nestes estabelecemos conversas com esses internos – que também não os chamamos de sujeitos da pesquisa, mas de protagonistas da mesma. Não nos deslocamos até a PSMA I para *coletar* dados *sobre*, mas para *produzi-los*, e produzi-los *junto*. Não estávamos de posse de entrevistas previamente preparadas, mas isso não tornara nossos encontros menos valiosos. Menos ainda a ausência do *script*, de perguntas pré-fabricadas, tornou nossos encontros simples conversas informais. Ao meu lado, em todas as visitas, havia objetivos traçados para o dia – que poderiam ou não ser alcançados. Possuía, minimamente, um roteiro acerca das atividades que acompanharia naquela semana.

Essas atividades, a vivência do campo, não estavam circunscritas à realização das conversas estabelecidas nos encontros com um ou outro interno. Para além delas, estive presente em diferentes situações, distintos momentos que compõem o cotidiano da penitenciária: encontros com o grupo de internos participantes do projeto de saúde mental, elaboração de cartazes para a comemoração do dia das mães junto a outro grupo de internos, reuniões promovidas pela SEJUS com os alunos da escola penitenciária, campanha de vacinação contra tétano, hepatite e tríplice viral (sarampo, rubéola e caxumba), exposição de artesanatos confeccionados pelos próprios internos e outros. O que falar? O que perguntar? Essa inquietação sossegava-se durante o encontro. Era nosso encontro que ditava o ritmo dos assuntos, o rumo da conversa.

A sala ao lado do setor de psicologia, ocupada por uma auxiliar administrativa, cedeu seu espaço para alguns encontros. A funcionária, gentilmente,

desocupava sua sala para que eu pudesse ficar mais à vontade com o interno. Em cada semana estabelecia novo contato com um deles e, às vezes, de um encontro para outro havia o intervalo de quinze dias. As condições para esses encontros: havia sempre um agente penitenciário de prontidão, junto à porta, perto demais para que uma conversa mais franca fosse estabelecida entre mim e o interno; este permanecia algemado, com os braços nas costas. Eu permanecia sentada à sua frente, usando o jaleco verde, munida de caneta e papel. Ora prestava-me a anotar as coisas ali mesmo, durante a conversa, ora deixava para depois o trabalho com as mãos e o papel.

De braços algemados não era possível, e isso aconteceu algumas vezes, espantar uma mosca que perturbava, um mosquito que insistia sobrevoar a cabeça e o rosto, nem mesmo disfarçar uma lágrima teimosa que insistia em brotar nos olhos. Essa teimosia lacrimal só era contida no ato de abaixar a cabeça, levá-la até os joelhos e esfregá-la contra o tecido laranja do uniforme de presidiário. Em todos os encontros, em todas as conversas, seja com um ou com outro interno, em apenas um momento foi possível estar à frente deles sem que estes usassem as algemas: quando solicitava ao agente que as abrissem para que meu entrevistado pudesse assinar o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

No meu primeiro encontro com um dos internos entrevistados, sentia-me ainda insegura, não sabia ao certo como me portar perante aquele que mal conseguia manter-se de cabeça erguida, mal fazia sua voz ser escutada e menos ainda olhava-me nos olhos. Com tudo isso, nossa conversa durou cerca de 45 minutos e durante todo esse tempo lá estava o agente penitenciário, parado junto à porta, acompanhado de seu rádio-transmissor barulhento, que de tempo em tempo recebia ou passava a outro um comando, códigos que para mim não faziam

qualquer sentido, apenas atrapalhavam. Somavam-se ao barulhento rádio os ruídos que vinham do corredor – presídio não é o lugar mais silencioso do mundo, aliás, demasiado silêncio é visto com temor pelos agentes e equipes técnicas de uma penitenciária.

O barulho lá de fora me incomodou. A presença do agente incomodou-me ainda mais. Ele estava inquieto na porta. Andava de um lado para o outro, olhava para dentro da sala. E o máximo que consegui fazer foi ignorar, ou fingir que estava ignorando sua presença. Sentia que ele queria me dizer “vamos logo senhora, não tenho o dia todo para ficar aqui”.

O jaleco verde que vestia, seguindo o procedimento da unidade, me incomodava. Ele não confirmava minha apresentação: “Olá, sou psicóloga e estudante. Estou aqui porque estou fazendo uma pesquisa sobre como vocês vivenciam a prisão, como levam a vida aqui dentro (...). Eu não trabalho aqui na PSMA I, mas gostaria de conhecer um pouco sua história, saber um pouco da sua vida. Se o senhor assim desejar, é claro. Esteja à vontade para decidir, o senhor não é obrigado a conversar comigo, certo?”

Preocupava-me o uso do jaleco, o que ele poderia suscitar entre aqueles que se dispuseram a conversar comigo. Temia que o aceite para nossos encontros viesse em função desse jaleco, das falsas ideias que ele poderia gerar (“ela trabalha aqui, melhor fazer o que está pedindo”) e, então, enfatizava que não estava ali como funcionária da unidade, não havia entre mim e a penitenciária qualquer vínculo empregatício.

Os encontros que se seguiram também estavam impregnados com os barulhos alheios que surgiam de toda a parte da penitenciária. Meus ouvidos aprenderam a lidar com isso, meus olhos se acostumaram com o vai e vem e o entra

e sai dos agentes durante os encontros. Os barulhos e as interferências, afinal, constituem o território da PSMA I e eu precisava aprender habitá-lo.

Fundamental é salientar que o primeiro encontro com o interno que concedera seu tempo para a entrevista, além de permitir uma incursão nesse “território encarcerado” (as algemas, a cabeça baixa, o barulho do raio-transmissor, o incômodo do agente etc.), também nos apontou a importância de entrevistas continuadas. Sentimos que urgia a necessidade de rever nosso entrevistado, de ouvi-lo em momentos diferentes, com a “semi-presença” de agentes diferentes, com o caminhar de nossas análises, de modo que pudéssemos ir, junto com ele, construindo caminhos analíticos, revendo ou refazendo os trajetos constituídos no território. Dessa forma, a decisão por manter um contato quinzenal com os dois internos que se dispuseram a participar da pesquisa foi crucial para o acompanhamento de processos em sua *velocidade absoluta*²⁵, ou seja, para a apreensão de movimentos de diferenciação que operam em interstícios não localizáveis no tempo cronológico e que, por isso, requerem um encontro que dure²⁶ para quem se aventura observá-los.

²⁵ Velocidade absoluta diz respeito ao tempo de movimentação daquilo que se constitui **entre** os fenômenos observáveis. “A velocidade absoluta é a velocidade dos nômadas, mesmo quando se deslocam lentamente. Os nômadas estão sempre no meio. A estepe cresce pelo meio, está entre as grandes florestas e os grandes impérios. A estepe, a erva e os nômadas são a mesma coisa. Os nômadas não têm nem passado nem futuro, têm somente devires, devir-mulher, devir-animal, devir-cavalo: a sua extraordinária arte animalista. Os nômadas não têm história, têm apenas geografia” (DELEUZE & PARNET, 2004, p. 43).

²⁶ Não nos referimos a uma duração no sentido cronológico, ou seja, um tempo mais prolongado, mas o esforço em habitar um tempo intensivo, real absoluto, que escapa ao tempo cronológico, que é a essência mesma da vida que transcorre modificando tudo a todo momento (BERGSON, 2006).

6. AS VIDAS QUE PULSAM

São duas as vidas que gostaria de ilustrar – mas as vidas não podem ser ilustrações, pois não cabem em uma tela ou em um papel, por maiores que sejam. Então, são duas as vidas que gostaria de dimensionar aos caros leitores – oras, há dimensão que comporte toda uma vida? E se eu tentasse, então, apresentar aos senhores essas duas vidas? Calma. Quais efeitos minhas palavras de apresentação poderiam provocar? Já disse que não estamos atrás de verdades, não buscamos eternidades e com essa apresentação correria o risco de fixar imagens, criar representações acerca dessas vidas. E, em absoluto, não é isso que almejo. Talvez haja uma saída: não hei de ilustrar, nem dimensionar, nem tampouco apresentar aos caros leitores essas duas vidas. O que me proponho aqui é efemerizar! Dar-me-ei o luxo de criar novo verbo e com ele sim poderemos falar das vidas que pulsam.

Ao efemerizar as histórias, as conversas, os encontros estabelecidos dentro da PSMA I, entre mim e essas duas vidas, fica estabelecido que se trata de efemeridades, produção de efêmeros, o que é e já não é mais, ou o que é e está em vias de se fazer outro. Efemerizar! Tal é a condição que me coloco nesse ato de escrita.

As duas vidas que pulsam, pulsam por entre vias tão distintas. Apreender a constante e, também, oscilante pulsação de cada uma delas foi tarefa que se cumpria em cada diferente encontro, em cada diferente conversa. Aliás, não foi tarefa simples. Para apreender algo é preciso, antes, aprender com. E para aprender com algo precisamos estar abertos ao que nos chega, todos os poros da pele, os olhos e os ouvidos precisam estar abertos, atentos aos micro-movimentos, às ondas de sensações e emoções que nos circulam, nos atravessam. Estar aberto ao encontro, estar aberto ao outro.

6.1 Vida de estrangeiro

Um senhor de quarenta e quatro anos, preso no Espírito Santo há quatro, dois deles dentro da PSMA I. Já havia cumprido dezenove anos e meio em presídio mineiro, seu Estado natal. Natural de Governador Valadares, nosso *estrangeiro* aportou em terras capixabas após a concessão de um indulto que lhe permitia uma saída temporária do presídio onde estava recluso. E para lá ele não voltou.

A razão pela qual contraiu dívida com a sociedade foi um assassinato. Sobre esse fato, nosso estrangeiro nunca quis falar. E nem a mim cabia o papel de questionar sua “falta”. Mencionava apenas que errou e por isso estava a pagar pelo erro. Sua dívida? Trinta e seis anos de prisão.

Em nosso querido Espírito Santo, pôde viver experiências nada santas. De passagem pela extinta Casa de Custódia de Viana (CASCUVI), presenciou cenas que o perturbam ainda hoje.

Eu passei em uma cadeia aqui, vi coisa que nunca vi. Gente sendo picado lá dentro, fiquei aterrorizado. Pensei que um dia isso poderia acontecer comigo a qualquer momento, já que eles estavam fazendo isso com os próprios amigos... Eu que sou de fora, pensei que poderia acontecer comigo a qualquer momento (O estrangeiro, Diário de campo, 06 de abril de 2011).

Da Casa de Custódia, nosso estrangeiro foi trazido para a PSMA I. Aqui chegou sem saber ler e escrever. Foi alfabetizado dentro da penitenciária. Aliás, fala de sua professora com enorme respeito, admiração e carinho. Diz-se grato por ela ter insistido nele quando ameaçou abandonar as aulas.

Em nosso primeiro encontro, o estrangeiro se mostra cabisbaixo, de pouca fala, não olha nos olhos. E revela que seu maior desejo é estar perto da família. A dor que carrega no peito brota da saudade que sente de seus familiares. Há anos não tem contato com ninguém. Aliás, ele acredita que os parentes o

julguem estar morto. Há doze anos não vê a mãe, há mais de vinte não tem notícias do pai. As sobrinhas ele não as viu crescer, novos sobrinhos nasceram e estes, já grandes, não conhecem o tio. Não há familiares ou amigos que possam interceder por ele, advogado também não tem, não há condições de pagar um advogado particular e defensor público... Defensoria pública, no Espírito Santo, não alcança todos que dela precisam. De acordo com o relatório Violações de Direitos Humanos no Sistema Prisional do Espírito Santo – Atuação da Sociedade Civil (GRUPO DE MONITORAMENTO INTEGRADO, 2011), em nosso Estado existem cem defensores públicos, sendo que apenas dez deles atuam na Vara de Execução Penal, para uma população carcerária de mais de 10 mil pessoas. Ainda sobre essa carência profissional, Coimbra (2009) nos relata um número de encarcerados no Brasil que ultrapassa os 450 mil, sendo que destes 95% são pobres, 87% analfabetos e 53% são jovens com menos de 30 anos. Cerca de 85% deste contingente foram condenados sem a presença de um advogado de defesa.

Esse estrangeiro em terras capixabas não tem as rédeas da própria vida. Se um preso qualquer já não as tem, nosso estrangeiro as tem menos ainda. Sem saber quando conseguirá sair da PSMA I, se será transferido para seu Estado natal, se voltará para casa um dia, se os familiares ainda estarão à sua espera, se um dia será liberto e sua dívida quitada, sem saber de seu destino, ele sofre.

E assim, como qualquer interno de qualquer unidade prisional, o estrangeiro não detém posses, não comanda sua rotina. O barraco²⁷ onde dorme é sua casa provisória, amanhã ou depois vai morar em novo barraco, ou até ele chegam novos companheiros. O uniforme laranja também não é seu, está sob seus cuidados, mas é de propriedade da penitenciária. Os materiais escolares são seus

²⁷ Barraco é a expressão usada pelos internos para designar suas celas.

pertences apenas no decorrer das horas das aulas. O que lhe resta? Suas marmitas e lanches, mas estes servem para matar a fome e a sede, logo se vão embora. E algo mais? Sim, seus ansiolíticos e antidepressivos, seus pequeninos comprimidos, sua riqueza. Os remédios se mostram como preciosidades em uma cadeia por dois motivos: primeiro porque se tornam moedas de troca, há muita gente presa que não sobrevive sem uma dose diária de clonazepam, diazepam e muitos outros “pam’s”. Segundo porque se tratam, definitivamente, do único bem de um interno, única posse admissível a este que se encontra recluso em uma penitenciária de segurança máxima. Os comprimidos o pertencem, são seus. Dá-lhes a finalidade que bem entender. Assim o faz nosso estrangeiro.

Em dias mais “coloridos”, não acredita ser necessário o uso de seus preciosos comprimidos. E exatamente por serem preciosos, o estrangeiro os guarda. Guarda-os para um dia “cinzento”, dia que certamente virá, mais cedo ou mais tarde. Com a passagem dos dias “coloridos”, muitos comprimidos se estocam. Muitos. E no raiar de um dia nublado o estrangeiro decide recorrer ao seu tesouro. Os comprimidos do dia anterior, que ficaram guardados para uma necessidade, somam-se aos comprimidos do dia nublado e são ingeridos em uma única vez. Em um único golpe. “Tenho pena de jogar fora os remédios. Eu ganhei eles. E também não quero que ninguém pegue eles de mim.” (O estrangeiro, Diário de campo, 27 de julho de 2011).

Em certo dia, nublado demais, cinzento demais, o estrangeiro e seu estoque de comprimidos se encontram. Em seu histórico, duas tentativas de suicídio. Ambas concretizadas a partir desse encontro. Na primeira, nosso estrangeiro ingeriu cerca de sessenta comprimidos. Isso lhe rendeu oito dias de internação, sete deles permaneceu adormecido em uma cama de hospital, vigiada

sempre por um agente penitenciário. No segundo episódio, pouco tempo depois, repetiu-se a cena da ingestão dos comprimidos. Dessa vez não houve internação, a dosagem não lhe exigiu cuidados maiores. “Eu queria dormir e não acordar nunca mais, isso que eu queria” (O estrangeiro, Diário de campo, 06 de abril de 2011).

No dia que fiz 20 anos, encontrei uma menina de 15 anos que veio me dizer que era serva de Deus, que Deus pediu para eu caçar uma igreja porque uma obra ruim iria acontecer na minha vida. Eu disse que se não fosse a morte, poderia deixar. E eu, hoje, estou preso há 22 anos. Eu sofro e não consigo me defender, não tenho dinheiro, não tenho advogado. Igual ela falou, está acontecendo. Ia sofrer e não ia conseguir me defender. Igual que fiquei na Santa Casa um monte de dias, e nem a morte quis que eu parasse de sofrer. Nem a morte quis que eu parasse de sofrer (O estrangeiro, Diário de campo, 06 de abril de 2011).

Dormir. Acordar. Alimentar-se. Orar. Chorar. Conversar (com os colegas do barraco). Banhar-se (de sol ou de água). Estudar. Trabalhar. Divertir-se. Ir ao médico/ psicólogo/ assistente social/ dentista. Ver os filhos. Receber visitas. Fazer amor. Para muitas dessas atividades não bastam o desejo e anseio dos internos. O banho de sol e a refeição têm hora marcada e não se escolhe o que comer. As visitas dos familiares acontecem com dias marcados e horário cronometrado. Para chorar ou rezar, é preciso privacidade – não são muitos os homens que não se importam de serem vistos aos prantos. E para estudar, trabalhar, divertir-se, assim como receber visitas, há que se avaliar se esses homens são merecedores. Atividades “simples” transformadas em benefícios concedidos a alguns, não muitos. Seja pela incapacidade estrutural do presídio que impossibilita o atendimento de toda a população carcerária, seja porque o interno “A” ou “B” não merece tais benefícios. Assim, cerca de 520 vidas são tuteladas, amarradas às

(im)possibilidades da penitenciária, destituídas do poder de decidir sobre si mesmas. Entre elas figura a vida de nosso estrangeiro.

Meus encontros com o companheiro estrangeiro rendeu-nos uma relação que arrisco adjetivá-la como sendo de confiança. Um vínculo tornou-se possível nesses encontros. Criou-se espaço para a franqueza, para a sinceridade entre nós. Até que em certa manhã dirijo-me rumo à Viana, com destino à PSMA I para mais um dia de encontro, mais uma visita ao campo. Nosso estrangeiro não estava à minha espera, pois nossos encontros, até então, haviam acontecido durante à tarde. Aguardo o cumprimento dos procedimentos da penitenciária (é preciso que um agente esteja livre para deslocar-se até as galerias e trazer com ele nosso companheiro). O retorno solitário do agente traz um susto para mim: o estrangeiro não quer conversar hoje. Uma bofetada! Estranhei-me, confundi-me, tonteei. Questiono para mim mesma essa negativa e penso que talvez o estrangeiro não tenha sido avisado sobre quem estava à sua espera. Afinal, ele não sabia dessa minha visita matutina. Mas... Um soco no estômago mostra-me a prepotência de minha parte. Seria a minha presença, o nosso encontro, capaz de mudar o dia dele? Depois de estonteantes minutos se passarem, peço uma gentileza ao agente penitenciário. Peço que esclareça ao estrangeiro que é a “pesquisadora de fora” quem está à sua espera. Minutos depois, o solícito agente retorna acompanhado de um estrangeiro meio sem graça, tímido, meio nervoso.

Sentamos um à frente do outro e pergunto a ele o que o agente havia dito que o fez mudar de ideia. “Ele disse que eu tinha que descer porque você veio de longe só para falar comigo, que eu tinha que descer, aí eu descí.” Certamente forçado seria nosso encontro. Ainda meio tonta, reafirmo que nossa conversa não precisaria acontecer caso ele não estivesse disposto e peço que seja sincero quanto

à sua vontade. Explico que realmente venho de longe para encontrá-lo, mas isso, em hipótese alguma, é motivo para forçá-lo ao encontro. “Na próxima semana, se o senhor estiver disposto, podemos conversar sem problemas”, afirmo. O estrangeiro lança um olhar triste, quase um pedido de desculpas e diz: “Então pede para o agente me levar de volta? Vamos conversar outro dia, na semana que vem eu venho.” Assim faço.

Um misto de surpresa e de desapontamento estava estampado em mim. O agente que presenciou nosso brevíssimo encontro parece ter percebido e numa tentativa de consolar-me afirma: “Liga não, ele é assim mesmo. Tem dia que não quer nada. Hoje ele nem saiu da tranca, não foi para o banho de sol. Tem dia que não quer voltar para a tranca, aí arruma confusão. Tem dia que está contando piada pra todo mundo e no outro dia está batendo em tudo. Ele é assim, meio bipolar, mas é gente boa.” A prepotência que continuava me tomando deixou-me preocupada. Por alguns instantes pensei nos efeitos dessa recusa, se por acaso nosso estrangeiro não ficaria sentindo-se mal (e quais sub-efeitos isso poderia provocar ao longo da semana) por ter se negado a conversar comigo, já que venho de tão longe para vê-lo. Ora, quem estava se sentindo mal, bem se percebia, não era o estrangeiro. A recusa doeu mais em mim do que nele. Não forçar o encontro, sentir-se à vontade e desejar conversar... Não eram esses os pressupostos de minhas visitas? Nosso estrangeiro os conhecia bem e nada fez além de respeitá-los.

Na semana seguinte, retorno à PSMA I. Nova visita, novo encontro. O estrangeiro sabia que eu retornaria. Nossa conversa foi longa e tranquila. E seu primeiro ato foi de pedir desculpas pelo encontro passado, desculpou-se por não ter conversado comigo. “Eu não estava com a mente muito boa, não estava muito bom

para conversar.” O que havia se passado, afinal? Ele não quis entrar em detalhes. Respeitei seu silêncio.

As conversas, às vezes, se repetiam em um dia e em outro. Mas o estrangeiro, antes cabisbaixo e de pouco assunto, traz agora uma prosa solta, sorri (meio envergonhado pela ausência dos quatro dentes frontais superiores) e me questiona: “Você não vai esquecer das coisas que eu te falei?” Respondo que não, pois anoto todas as nossas conversas. “Mas e a outra vez?” No encontro anterior eu não havia feito qualquer anotação em sua presença. E insisto afirmando que faço minhas anotações após o encerramento de nosso encontro. Então, folheei meu caderno mostrando a ele todas as páginas já escritas graças às nossas conversas, graças à sua disposição em contar para mim um pouco de sua história, graças a ele e aos dias que nos encontramos. “Graças ao senhor um bom trabalho poderá ser escrito”, por fim, declaro. “Nossa! Aí têm muitas letras! Você já escreveu um caderno!” Sim, já tinha quase um caderno escrito! O gravador não fez tanta falta, afinal. Ressabiado, o estrangeiro lança um sorriso de canto de boca e me questiona, mais uma vez: “Graças a mim? Como pode? Não estou fazendo nada!”

Dando continuidade à prosa, sorri para ele e afirmo que todo o trabalho que pretendo escrever (este que agora o caro leitor tem em mãos) só acontecerá porque ele, o estrangeiro, está me ajudando. “É com sua ajuda que minha tarefa será cumprida”. Quase incrédulo dessa possibilidade, recebo novos questionamentos: “Eu te ajudando? Não seria o contrário? É a senhora que está me ajudando, a senhora que vem aqui conversar comigo. Como eu posso estar te ajudando? Isso está errado, é a senhora que está me ajudando.”

Para encerrar nosso encontro do dia, o mesmo que começou com um pedido de desculpas pelo encontro anterior, estabelecemos um trato com nosso

estrangeiro. Comprometo-me a trazer para ele, em dezembro (de 2011) todo o meu trabalho escrito, apresentá-lo a tarefa cumprida e mostrá-lo que sua história estará contida nas páginas desse trabalho. Em resposta ao trato, recebo um: “Sim senhora, fechado. Mas que isso não entra na minha mente, isso não entra!”

6.2 Vida que resiste

Outra vida pulsante é de um *obstinado* que protagonizou este trabalho. Um senhor de quarenta e cinco anos com uma longa experiência de vida. Carrega em seu histórico a acusação de um homicídio e muitos assaltos. Natural de Itapecerica da Serra, interior de São Paulo, nosso companheiro obstinado tem passagem pelo, talvez, mais famoso (e hoje extinto) centro de detenção do Brasil: a Casa de Detenção de São Paulo, ou, simplesmente, o Carandiru.

Aos vinte e oito anos foi preso por assalto e condenado a pagar uma dívida de vinte e quatro anos de prisão. Em 1996 chegou ao Carandiru, quatro anos após o sangrento episódio conhecido como “massacre do Carandiru”. Em 2000 foi transferido para o presídio de Franco da Rocha e no gozo de uma saída temporária, em 2003, tornou-se foragido da polícia paulista. Recapturado em sua própria casa, retorna à condição de presidiário e é transferido para uma unidade prisional em Guarulhos. No mesmo ano, 2003, realiza com êxito nova fuga. Nesse vai e vem, a mulher o abandona e a mãe muda-se para Vitória. Foragido mais uma vez, nosso obstinado chega a terras capixabas em 2004 e passa a morar com a mãe. No interior de São Paulo deixou dois filhos, que hoje têm vinte e vinte e um anos, e dois netos. A última vez que viu os filhos foi há oito meses, em uma visita assistida junto às assistentes sociais da PSMA I.

Em solo espírito-santense, relaciona-se com outra mulher (hoje a considera como ex-companheira) com quem tem um filho pequeno, de seis anos de idade. A vida na Grande Vitória é movimentada, assaltos e outros delitos marcaram a passagem do obstinado pelo Espírito Santo. Em julho de 2006, após um assalto que ganhou repercussão na mídia impressa (jornais de grande circulação no Estado estampavam sua foto), foi preso e enviado para o Centro de Detenção Provisória de Vila Velha (CDP-VV). E em sete de janeiro de 2008 é transferido para a PSMA I.

Um homem vivido, cheio de histórias para contar. Aquelas com detalhes ruins ele até compartilha, mas as histórias recheadas de boas lembranças ele prefere sufocar. “Não gosto de lembrar os detalhes bons, dá saudade e pesa na mente” (O obstinado, Diário de campo, 03 de agosto de 2011). Nosso companheiro obstinado descobriu, dentro da PSMA I, que é portador do vírus HIV e da Hepatite C. A vivência das doenças, principalmente o HIV, circunscreve-se entre o “sim” e o “não”, entre o aceite do tratamento dentro da PSMA I e a recusa do mesmo. Os medicamentos (o chamado coquetel antirretroviral) provocam efeitos colaterais nos pacientes portadores do vírus HIV e o obstinado não está imune a esses efeitos. Ele se queixa de tonteiças, mal estar, descamação da pele, principalmente do rosto e dificuldades em ir ao banheiro.

No julgamento do nosso companheiro obstinado, todos esses efeitos colaterais, todo o sofrimento produzido a partir do tratamento, tornam-se desnecessários, vãos. Sua crença é de que não conseguirá, em vida, quitar sua dívida com a sociedade, cumprir seus anos de prisão. E sua liberdade será presenteada pela morte. “Quando eu for solto, daqui mais ou menos dez anos, a AIDS já terá me consumido. Então eu acho que não vale à pena passar por isso, vou morrer antes” (O obstinado, Diário de campo, 29 de junho de 2011). Dessa crença

advém a recusa em receber o tratamento e dessa recusa advém “a preocupação” dos técnicos (enfermeiros, psicólogos e assistentes sociais) em “convencê-lo” a medicar-se. Os técnicos têm êxito em alguns episódios, e nosso obstinado paradoxalmente cede, ou melhor, retoma o tratamento. Mas, em seguida, dias depois, dispensa os medicamentos. A alternância entre o “sim” e o “não” repete-se algumas vezes. Mas, do que nos fala essa obstinada recusa? O que tem esse “não” a nos dizer?

Aos efeitos colaterais soma-se o preconceito. O obstinado sente que as pessoas, os próprios colegas de cela e de galeria, afastam-se dele. Ele sente que os colegas têm medo de se contaminar e por isso sofre com certo isolamento. “Nos últimos dias, três companheiros de cela pediram para se mudar de barraco. Por isso eu acho que as palestras sobre hepatite e AIDS deveriam acontecer também para quem não tem a doença” (O obstinado, Diário de campo, 27 de julho de 2011). Os companheiros evitam tocar seu uniforme e os lençóis onde dorme. Não se aproximam de sua caneca e escova de dente, de seu aparelho de barbear mantêm ainda mais distância. Quando nosso companheiro aceita fazer uso dos medicamentos, suporta não apenas os efeitos colaterais do tratamento, mas piadas pronunciadas pelos próprios colegas: “Aí *amigo*²⁸, sua cara já começou a descascar!” ou “Aí amigo, tu vai morrer!” são duas delas. Nosso companheiro afirma que lida com as piadas tentando ignorá-las, deixando-as de lado. E num tom meio de seriedade, meio de conformismo, retruca “Ninguém nasceu para semente mesmo. Um dia todo mundo morre, não é?” (O obstinado, Diário de campo, 27 de julho de 2011).

²⁸ Termo usado em substituição ao nome do entrevistado

Em nossos encontros, nosso companheiro de trabalho torna clara uma dor ainda mais forte, um sofrimento que nos é expresso menos em palavras do que em lágrimas. Uma dor que nasce da saudade que sente do filho pequeno e da incerteza de que as necessidades da criança estão sendo supridas. Pesa sobre seus ombros a impotência e a incapacidade de ajudar financeiramente a mãe de seu filho.

Eu fico aqui imaginando... Todo dia eu recebo seis pães e umas frutas e sem saber se meu filho também tem o que comer. Eu sei que eles estão passando necessidade, mas eu não posso fazer nada. Se pudesse guardar meus pães para dar pra ele, mas não posso... (O obstinado, Diário de campo, 29 de junho de 2011).

Além da convivência com as doenças e com os efeitos do tratamento para o vírus HIV, além do preconceito sofrido diariamente (de forma mais ou menos sutil), além das saudades desmedidas do filho, de não poder vê-lo crescer e da impotência de não poder ajudá-lo financeiramente, além das dores que a distância dos familiares provoca, além de muitos aléns... Lá onde só ele sente, lá onde só ele toca, pesa um medo que não se finda. Ao se descobrir portador do vírus HIV, o obstinado precisou contar à mãe de seu filho pequeno o que os exames de sangue haviam dito sobre sua saúde. A notícia exigiu que mãe e filho também fizessem exames semelhantes e, embora ela declare ter realizado os procedimentos laboratoriais necessários (e os resultados tenham negado a presença do vírus tanto nela quanto na criança), nosso companheiro não se sente seguro quanto a isso. O medo de ter contaminado a ex-companheira e o filho pesa sobre seus ombros, um medo que não se dissipa mesmo diante da realização de dois exames laboratoriais. “Ela falou que fez os exames, mas eu não acredito” (O obstinado, Diário de campo, 29 de junho de 2011).

Medo. O medo de ter contaminado o filho, o medo de não vê-lo crescer, o medo de a criança estar passando fome, o medo de não sair vivo dali. Desejo. O desejo de ser pai novamente, o desejo de trabalhar para ajudar o filho pequeno, o desejo de liberdade. Medo e desejo se misturam no dia a dia dessa vida que pulsa. O desejo de constituir nova família, ter mais filhos, um menino e uma menina, esbarra no medo de tornar-se agente propagador de sofrimento:

Gostaria muito de recomeçar a vida com outra mulher, ter outros filhos, um casal, né? Mas não dá. Não posso fazer isso por causa dessa doença. Não posso porque vou fazer outra pessoa sofrer, e sofrendo já basta eu. Isso fica na mente, pesa (O obstinado, Diário de campo, 27 de julho de 2011).

O desejo, ainda não realizado, de trabalhar enquanto cumpre sua pena, dentro da PSMA I, se sustenta na possibilidade de resolver dois problemas: primeiro em poder contribuir, financeiramente, na vida da ex-companheira e do filho. Segundo, ocupar-se com um trabalho tornaria possível desligar-se dos efeitos colaterais do tratamento contra o vírus HIV. Nosso companheiro acredita que estes desgastosos efeitos tornam-se fardo ainda mais pesado quando não se tem o que fazer durante o dia e enxerga no trabalho a possibilidade de dar a tal fardo um peso mais brando. Entretanto, trabalhar, como já vimos com nosso companheiro estrangeiro, não é benefício concedido a todos. Ou falta estrutura na penitenciária para empregar a população carcerária (e deixemos claro, isso não é “privilégio” da PSMA I, mas realidade do sistema prisional brasileiro), ou falta mérito entre seus internos. Para trabalhar é preciso antes ter sorte e ser merecedor. Não basta desejar, não basta precisar.

Nosso companheiro, acusado de tantos delitos, não tem advogado particular. Sofre, assim como a espantosa maioria da massa carcerária, com a falta de defensor público. Recluso na PSMA I há quase quatro anos, recebeu assistência

jurídica apenas duas vezes. E no passar vagaroso das horas, dos dias, dos meses e dos anos, o obstinado segue cumprindo sua pena sem saber, de fato, qual é seu tempo total de condenação. Os anos de prisão recebidos em São Paulo, somados aos anos de prisão recebidos no Espírito Santo, fazem com que nosso companheiro se perca nessa operação matemática. Segundo ele, sua condenação pelos delitos cometidos na Grande Vitória chega a quarenta e sete anos de pena de prisão. O que lhe aflige é não saber se a dívida que está quitando hoje está condensada à dívida que contraiu no Estado de São Paulo e, assim, passa seus dias preso sem saber a quem está pagando e o quanto ainda lhe falta para zerar seu “saldo devedor”.

Gostaria de compartilhar uma situação com os caros leitores: em nosso primeiro encontro, entrego ao companheiro obstinado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Explico a ele a finalidade de tal documento e peço então a autorização para que sua história possa ser contada e compartilhada nesse trabalho. Não houve qualquer hesitação quanto a isso, assim como não houve qualquer dúvida ou questionamento quanto às implicações que aquele documento poderia gerar em sua vida de presidiário. No entanto, no encontro seguinte, nosso companheiro me interroga quanto à serventia do papel que havia, há uma semana, assinado perante a mim. Explico mais uma vez o propósito do TCLE e compreendo que sua preocupação residia na possibilidade de ter assinado um documento que pudesse prolongar por ainda mais tempo sua estada na prisão.

Nesse momento algumas interrogações saltam à minha frente, interrogações minhas: “por que e como ele assinou um papel sem ter certeza do que se tratava?” “O que leva um interno a assinar um documento, mesmo sem compreender a finalidade e as consequências de tal ato?”

Nosso encontro se encerra com algumas novas e repetidas explicações acerca do TCLE. Busco certificar-me de que nosso companheiro havia entendido o sentido de tal papel e tal assinatura. “Senhor obstinado²⁹, eu só posso escrever sobre a sua história se o senhor assim permitir, se o senhor assim desejar. E não haveria problema algum caso o senhor quisesse voltar atrás, desfazer a assinatura.” Nosso companheiro, subitamente, responde: “Não, não vou desfazer. Pode escrever sim. E tomara que algum advogado da OAB leia seu trabalho e veja a minha situação aqui.” (Diário de Campo, 03 de agosto de 2011).

6.3 A vida que persiste e afronta as grades

Embora já tenha dito do verde imponente que circunda o Complexo Penitenciário de Viana, das montanhas verdes que se vê através das grades dos pátios da PSMA I (e daí a possibilidade de supor que o local onde muitas pessoas encontram-se reclusas é também um local rodeado de vida, diversas formas de vida), ainda há algo a ser dito.

Da brisa úmida e fria ecoa o som distante do canto de um pássaro. Um som que com o passar dos dias do mês de maio torna-se mais alto e mais forte, invadindo e adentrando os espaços da PSMA I. O bater de asas, o bando, a revoada! Uma invasão de vida acontece entre os corredores, os pátios e os andares da penitenciária. Por entre as frestas, ou por entre janelas e grades, pequenas aves fazem da PSMA I o seu território, a sua temporária morada. Nas paredes de concreto cinzento ou nas gélidas grades da penitenciária, lá se avistava vida. Pássaros soltos, longe de gaiolas, pareciam ironizar os pássaros-homens presos em suas jaulas.

²⁹ Temo usado em substituição ao nome do entrevistado

A vida que eclodia em grande número deixava rastro. E incomodava. Fez-se urgente (para quem?) a dissipação do som, dos cantos, dos barulhos das asas, dos voos, dos rasantes, da morada. A vida que pulsava descaradamente dentro da penitenciária precisava ser contida. Afinal, os pássaros invasores não se deram conta de que ali, naquela enorme gaiola de gente, não havia lugar para a liberdade e nem mesmo para outra espécie ser enclausurada.

E assim como há para os homens espalhadas armadilhas a espera de um passo errado ou de uma decisão intempestiva, havia para aquelas aves armadilhas que aguardavam um pouso, suave ou forçado, um canto, de alegria ou de dor. A vida que não se admitia circular por entre outras vidas (essas que, mesmo sem asas, pulsam) haveria de ser extirpada.

Não bastava espantá-las ou afastá-las. As vidas que sobrevoavam dia após dia o território da PSMA I foram massacradas. As armadilhas que as esperavam foram traiçoeiramente preparadas: cola especial fora colocada em todas as frestas, em todas as janelas, em todos os espaços onde possivelmente caberia um pouso, um descansar de um pássaro ao fim de tarde. Assim, desprevenidas, as aves foram uma a uma coladas em suas armadilhas. De asas e patas atadas, restava a elas debaterem-se, travar insistente combate contra o material pegajoso que lhes prendia e impedia de alçar voo. As grades que cerceiam a vida do homem se viram derrotadas, ridicularizadas pela liberdade das pequenas asas de um pássaro. E como se não houvesse espaço para a liberdade circular por entre os corredores da PSMA I, fez-se em vida a morte de muitas aves. Silenciaram-se os cantos. Fecharam-se os bicos. Colaram-se as asas. Não se ouve mais sons, não se vê mais voos, nem rasantes, nem revoadas.

Ao final de um único dia, contabilizam-se a morte de mais de duzentos pássaros.

7. O ADOECIMENTO PRODUZIDO PELO DISPOSITIVO PRISÃO

O que essas vidas pulsantes têm a nos dizer? O que cabe a nós questionar? O que há de possível no encontro entre as vidas que pulsam, nós e a PSMA I? É preciso rasgar os antolhos que criamos cotidianamente, expandir o olhar, girar pescoço e cabeça (e tronco e membros) em cada um dos 180 graus de rotação, girar, girar, girar... E ficar tonto! Ficar tonto, embaralhar as ideias, confundir as premissas, pensar o inacreditável e crer no impensável. Abrir caminhos. Criar atalhos. Construir desvios.

Em nossas análises, além de Giorgio Agamben, convidaremos autores como Georges Canguilhem, Michel Foucault, Baruch Spinoza e Gilles Deleuze para compor nossas “pausas reflexivas”, tomando-os como verdadeiro óleo lubrificante que permitirá nossos giros tornarem-se movimentos deslizantes, possibilitando a ultrapassagem de pontos de vista, a passagem para outros caminhos, a abertura para outros possíveis.

Sobre nossos encontros com o espaço da PSMA I, com os internos companheiros desse trabalho, com os profissionais do sistema penal, o que temos a dizer? Observar solenemente os espaços e a arquitetura enclausurante presente na PSMA I (e que supomos não pertencer exclusivamente a ela, estando essa arquitetura distribuída em todo o sistema prisional) permitiu-nos perceber aspectos ora mais, ora menos sutis. Aspectos que nos levam a dialogar com a noção de normatividade em Georges Canguilhem.

Pensar a vida é concebê-la como infinitos possíveis. Decidir o rumo que nosso dia tomará, escolher uma roupa para sair ou um bom pijama para dormir, um perfume que possa exalar cheiros que nos agradam, o horário das refeições, os programas de TV que gostaríamos de assistir, os livros que desejamos folhear, as

ruas por onde preferimos caminhar, as pessoas com quem queremos conversar e aquelas com as quais não nos interessa mais que dez minutos de conversa, os penteados que nossos cabelos adotarão, o prato do dia, as canções que embalarão uma noite, a hora de dormir e a hora de acordar. A execução de nossas tarefas mais corriqueiras, por mais simples que sejam, obedece a uma ordem, segue diferentes normas que nós mesmos criamos e, mais, recriamos. Assim, a vida é, de fato, uma atividade normativa.

Seguindo o diálogo com Canguilhem (1982), podemos entender a vida como potência dinâmica de superação e, nesse quesito, podemos extrair as ideias de saúde e adoecimento. Canguilhem (1982) nos auxilia na invenção de nosso pensamento acerca do que seja organismo saudável e organismo doente. O primeiro é aquele capaz de ultrapassar as normas vigentes, as normas que definem o normal presente, a capacidade de tolerar as variações do meio e de instituir novas normas de vida. Do organismo doente diz-se que este se encontra limitado a uma única norma de vida, estando completamente adaptado e restrito a um meio determinado de existência. Para Canguilhem (1982), o vivo doente perdeu a capacidade de instituir novas normas. Assim, é a capacidade do organismo de criar normas (normatividade vital), mesmo orgânicas, que se faz critério de distinção entre saúde e doença. Todos nós estamos, inevitavelmente, inseridos em processos de produção de saúde e de adoecimento.

Se para Canguilhem (1982), a saúde se constitui em certo jogo de normas de vida e de comportamentos, um jogo que se caracteriza pela capacidade de tolerar, superar e criar variadas normas, e implica desobedecer, produzir ou acompanhar uma transformação, adoecer e sair do estado patológico (perda da capacidade normativa, é a impossibilidade de mudança, é a fixação, a obediência

irrestrita à norma), podemos então falar que a prisão, como dispositivo do poder disciplinar, produz modos de vida adoecidos, que produz adoecimentos, faz adoecer?

Quando aos internos é dada uma única possibilidade de caminho, um único trajeto possível que os leva, sem a chance de imprevistos, de um lado a outro da penitenciária, de suas celas aos pátios de visita, por exemplo; quando a estes não cabe decidir qual roupa usar, apenas escolhe-se o uniforme laranja mais ou menos desbotado; quando aos internos não cabe escolher qual dia da semana se dedicarão à leitura de um livro, pois somente aos finais de semana acontece os empréstimos da biblioteca; quando a esses mesmos internos não cabe a decisão de trabalhar, estudar, participar de um projeto ou receber visitas, pois apenas desejar não basta; enfim, quando a esses homens é dada uma norma que não se admite ser superada ou transformada, que se quer fixa e incontestável, estaria o dispositivo prisão enfraquecendo a capacidade normativa desses homens, contribuindo para um processo de adoecimento? Pensamos que sim.

Associado ao processo de empobrecimento da capacidade normativa dos sujeitos enclausurados, outro “fenômeno” se mostra visível. Para enxergá-lo não precisamos de um olhar extremamente apurado, mas um pouco de sensibilidade e experimentação. Falamos aqui do ato de tutelar, da subtração da capacidade do outro de falar por si mesmo, torná-lo desqualificado em seu discurso, ilegítimo. Há muito as ciências tomaram para si a legitimidade do discurso, o lugar de saber que se sobrepõe e confisca o saber das massas. Tomemos empréstimo da situação vivenciada com nosso companheiro estrangeiro: ao sinalizarmos que sua história possibilitaria a construção de todo um trabalho (este que agora o leitor tem em mãos), recebemos sorrisos de desconfiança e de descrença quanto à possibilidade

de um interno, semialfabetizado, construir análises, fazendo, junto conosco, uma dissertação sobre o tema prisional:

Então, folheei meu caderno mostrando a ele todas as páginas já escritas graças às nossas conversas, graças à sua disposição em contar para mim um pouco de sua história, graças a ele e aos dias que nos encontramos. “Graças ao senhor um bom trabalho poderá ser escrito”, por fim, declaro. “Nossa! Ai têm muitas letras! Você já escreveu um caderno!” Sim, já tinha quase um caderno escrito! O gravador não fez tanta falta, afinal. Ressabiado, o estrangeiro lança um sorriso de canto de boca e me questiona, mais uma vez: “Graças a mim? Como pode? Não estou fazendo nada!” (Diário de Campo, 21 de julho de 2011).

Falar de ações tutelares remete-nos, imediatamente, aos processos de infantilização. Infantilizar, julgar o outro inábil para com as regras do jogo, inábil quanto à capacidade de gerir e administrar a própria vida, guiar com suas próprias mãos as rédeas que o levariam para as calmas margens do rio ou para as tormentas de uma forte tempestade. Pela calma ou pelo abalo de um ciclone, não cabe ao sujeito decidir-se. Na prisão não se decide ir ao psicólogo ou procurar um assistente social. Não se decide receber qualquer tipo de atendimento. Apenas recebe-se, acata-se. A convocação de um interno para receber qualquer tipo de serviço, por parte do corpo técnico, não passa pela escolha do sujeito, escolhem por ele, decidem por ele quando e como se dará tal serviço/benefício. Alguém poderia questionar: “Mas eles não são obrigados a aceitar um atendimento, um serviço, um benefício.” De fato não o são. Mas se optam recusar os tais atendimentos/serviços/benefícios veem-se obrigados a assinar um termo de recusa, um documento que permanece arquivado em seu prontuário durante todo o cumprimento da pena. Recusar um atendimento, portanto, soa ameaçador, pois permanece a sensação de que um dia, quando quiser ou precisar, porque recusou

outrora, não conseguirá receber qualquer tipo de serviço. A ameaça de ser “castigado” ronda a possibilidade de decidir-se por si mesmo.

Pensando na arquitetura enclausurante, mais precisamente, a arquitetura das salas de aula que compõem a escola da PSMA I, e a retirada das grades que separam alunos e professor, constata-se que isso não acontecerá sem que antes esses alunos se mostrem merecedores de tal ação. Apesar de ser a única penitenciária de segurança máxima do complexo de Viana que mantém grades nas salas de aula, apesar das antigas reivindicações dos alunos para a retirada das mesmas, ouvi algumas vezes que esses homens (infantilizados) precisam se tornar merecedores da confiança dos gestores do sistema. E essa tal confiança ainda não havia sido alcançada, muito ao contrário. As salas de aula têm sofrido com algumas atitudes dos internos, tais como rabiscar as carteiras novas e descascá-las, a retirada das tampas de interruptores existentes nas paredes das salas, a retirada de fios dos conectores das lâmpadas, enfim, uma série de acontecimentos enumerados pela SEJUS tem tornado os alunos nada merecedores de confiança. Algo que nos parece soar como um castigo que menino levado e arteiro sofre ao aprontar uma peraltice.

O que choca nessa história é não somente a puerilidade do exercício do poder, mas também o cinismo com o qual ele se exerce como poder, sob a forma a mais arcaica, a mais pueril, a mais infantil. (...) A prisão é o único lugar onde o poder pode se manifestar em estado nu, nas suas dimensões as mais excessivas, e se justificar como poder moral (FOUCAULT, 2010, p. 41).

Ao caminharmos na esteira do pensamento foucaultiano, torna-se impossível não lançarmos mão de suas análises acerca das relações de poder. Não há, no pensamento de Foucault, uma fonte de emanção do poder – costumamos

atribuir, inadequadamente, ao Estado o nascedouro desse poder –, assim como não se pode conceber a existência de dominados e dominadores. Há sim uma rede de micropoderes que se relacionam/articulam com o Estado e que atravessam toda a estrutura social. “O poder está em toda a parte; não porque englobe tudo e sim porque provém de todos os lugares” (FOUCAULT, 2010b). Assim, as relações de poder são relações entre sujeitos entendidas como modos de ação que não atuam direta e imediatamente sobre os outros, mas sobre suas ações. São relações que visam conduzir condutas.

Entretanto, as relações de poder exigem que o outro (aquele sobre quem se exerce) seja reconhecido e mantido até o final como sujeito de ação, e também que se abra, frente à relação de poder, todo um campo de respostas, reações, efeitos, invenções possíveis. Foucault (2006b) destaca que é característica das relações de poder a mobilidade, a flexibilidade, a instabilidade e a reversibilidade. Essas relações só se configuram como relações de poder se nelas mesmas houver a presença de liberdade. Pelo menos certa forma de liberdade que permita ao sujeito criar estratégias que possam reverter a situação, escapar dela, ainda que "fugindo" ou mesmo "se matando". Assim, onde há relações de poder, há também liberdade.

Por outro lado, podemos pensar em casos em que as relações encontram-se extremamente fixas, imutáveis, rígidas e engessadas. A isso Foucault (2006b) denomina estados de dominação. Nesses estados, as relações se compõem e se perpetuam de forma dissimétrica e a margem de liberdade se faz um tanto limitada, restrita a algumas poucas possibilidades de ação e resposta que dificilmente reverterão a situação vivida. Assim:

Quando um indivíduo ou um grupo social chega a bloquear um campo de relações de poder, a torná-las imóveis e fixas e a impedir qualquer

reversibilidade do movimento – por instrumentos que tanto podem ser econômicos quanto políticos ou militares –, estamos diante do que se pode chamar de um estado de dominação. É lógico que, em tal estado, as práticas de liberdade não existem, existem apenas unilateralmente ou são extremamente restritas e limitadas (FOUCAULT, 2006, p. 266).

Nesse sentido, a prisão – poderíamos aqui pensar em um estado de dominação reinante em nós? – age de maneira a emoldurar vidas, estabelecendo quais formas são aceitáveis e preconizadas em seus quadros, suas telas (leia-se: suas celas, suas jaulas de gente). Nas paisagens pintadas diariamente por esse dispositivo não cabem borrões, não cabem desvios, não vale sair da margem que limita o papel, da moldura que enquadra a tela. Uma vida emoldurada, retilínea e controlada em que não cabe ao sujeito enclausurado ser “artista do seu próprio convívio”. Desse artista subtraem-se o pincel, as tintas, as cores. Poda-se a criação e a combinação de texturas, de pigmentos e experimentações. O artista se vê enfraquecido em seu poder de criação – de vida, de normas, de cores, de modos de ser e estar no mundo.

Assim como houvera uma cola que usada em armadilhas para conter a vida que sobrevoava dia após dia com grande intensidade os corredores da PSMA I, também há para cada um dos artistas enclausurados uma cola especial, pronta para atê-los a uma única tela, uma única moldura, ou uma única forma. Uma cola talvez invisível aos olhos, mas sentida em todos os poros que compõem seus corpos. Uma cola que tutela, que subtrai autonomia, que enfraquece a potência de agir, que envenena os corpos, que decompõe suas forças, que mortifica e causa em vida sua morte.

Entretanto, o dispositivo prisão faz funcionar uma lógica que não se encontra restrita ao lado de dentro de seus muros. Longe das muralhas e das

guaritas, lá onde os homens se enxergam livres, os mecanismos de disciplinamento e controle, a velha toupeira e a habilidosa serpente³⁰, se movimentam, circulam majestosas. Cavam seus buracos e serpenteiam por entre túneis que expõem essa mesma cola especial, cola essa que não atinge apenas aqueles moços artífices “esquecidos” atrás de frias grades de ferro, mas que tratará de alcançar todos os corpos que circulam livremente. A cola especial apenas age em intensidade maior ou menor, atingindo graus diferentes de ação. Mas não há quem esteja imune a ela.

As regras de funcionamento das famílias, da escola, da prisão, da fábrica, do hospital, se misturam e se pulverizam no campo social. Há uma diluição de seus “muros” ao mesmo tempo em que há um transbordamento de suas lógicas para outros setores (MACHADO, 2001, p. 74).

Tutelar, infantilizar, subtrair e enfraquecer autonomias, impedir a construção e criação de normatividades: são efeitos dessa cola especial (invisível em partes) que assola as vidas pulsantes, nossos artistas companheiros dessa jornada. A prisão, munida de instrumentos³¹ que pincelam essa cola especial por entre seus internos, artistas podados, produz envenenamentos subjetivos, tristezas, paixões tristes, sofrimentos. Aliás, a poda desses homens torna-se necessária e frequente, na verdade se faz de forma rotineira, cotidianamente. É preciso frequentemente podar os galhos que perigam ultrapassar as fronteiras do “aceitável”

³⁰ Alusão ao texto de Deleuze *Post Scriptum*, publicado em *Conversações*, 1992.

³¹ Instrumentos esses, muitas vezes, refletidos nas figuras do psicólogo, do assistente social, do pedagogo, do enfermeiro e em tantos outros profissionais inseridos no contexto prisional.

– ou as grades da cela, os olhos dos guardas ou ainda a retidão dos procedimentos³².

Podar é a ação ou o efeito de cortar; cortar ramos, aparar folhas; impor limites, cercear (FERREIRA, 2000). Podar os galhos secundários, retirar excessos prejudiciais à planta, criar espaços entre os galhos para que a luz possa atravessar e o ar possa circular mais facilmente entre seus ramos. Os bons guias de jardinagem afirmam que uma boa poda é capaz de favorecer o crescimento das plantas, estimular a floração dos arbustos e a frutificação de árvores. Aliás, existem diferentes tipos e técnicas de poda, uma para cada objetivo do jardineiro, mas não pretendo aqui explicar a biologia envolvida nessa arte. Podar, ao final das contas, significa atribuir nova forma àquele ser vivo que seguia, até então, para onde as terras, águas e raios solares o conduzissem. Podar é cortar, é configurar galhos e arredondar pontas de acordo com o gosto e o desejo do jardineiro. É transformar uma espécie em algo útil a um jardim. E as mais (ou menos) apuradas técnicas de poda exigem tesouras amoladas, facas com fios cortantes.

Nossos artistas (aqueles homens-emoldurados, os mesmos homens-pássaros enjaulados, as mesmas vidas pulsantes e tantas outras que esse escrito desconhece) conhecem o fio dessas facas, dessas tesouras de jardinagem. Dia após dia seus galhos são aparados e suas folhagens configuradas a uma só forma, um só molde. Aparando excessos de folhas, as facas e tesouras abrem espaços por entre galhos e fazem circular nessas plantas modificadas um poder docilizante,

³² Procedimentos: todas as posturas e condutas exigidas dos internos, tais como: andar de cabeça baixa, não encarar um agente, ao caminhar os ombros ficam caídos e os braços e as mãos devem permanecer nas costas, mesmo quando, raramente, livres das algemas.

disciplinador, controlador, tutelador, enfraquecedor de potências, produtor de adoecimentos e mortificações subjetivas.

Tais podas se mostram muito eficientes. Recordo-me da visita feita à PSMA I na semana que antecedia o dia das mães. Ao se aproximar tal data, especial e saudosa para muitos dos homens reclusos, um interno se apossa de seu uniforme cor de laranja desbotada e dá-lhe outras atribuições. Desenha em sua camisa um enorme coração e dentro deste escreve em letras garrafais “Mamãe eu te amo”. O uniforme que serve à massificação desses homens, à desqualificação de seus modos de vida e à identificação de presidiário viu-se tornado objeto de declaração de amor. Algo estava errado, algo havia saído dos limites da moldura, um galho fugidio precisava ser podado. Mais uma peraltice? Mais uma arte a ser podada/castigada? Sim. Como resposta (poda) da prisão, nosso artista se vê impedido do banho de sol durante toda a semana que antecedia o dia das mães. Lembro-me ainda do dia em que participei de um encontro com o grupo de internos integrantes do projeto Saúde Mental, elaborado e desenvolvido pelo setor de Psicologia da PSMA I. O encontro aconteceu no pátio – o mesmo que recebe as visitas familiares aos finais de semana – e deu-se de forma (mais ou menos) descontraída. Do lado de cá das grades estávamos todos, psicóloga, terapeuta ocupacional, os internos (cerca de dez) e eu. Do lado de lá estava um agente que tudo observava, seguia com o olhar nossos passos e em suas mãos estava de prontidão seu rádio transmissor. Sem algemas, “livres” para circular por toda a extensão do pátio durante uma dinâmica em que foram solicitados apenas a caminhar com uma “pedrinha no sapato”³³, nossos artistas se mostraram muito bem

³³ De acordo com essa dinâmica, os participantes deveriam caminhar com uma pedrinha dentro do sapato, debaixo dos pés. Mas, diante da ausência desse acessório – inexistente na prisão – nossos

podados. Mesmo longe dos corredores e das galerias, da condução dos agentes penitenciários, mesmo habitando um espaço destinado à vivência coletiva de outra forma de prisão – ou uma tentativa de vivência –, ainda assim nossos artistas caminhavam de cabeça baixa, ombros caídos e braços nas costas. Era o procedimento se mostrando enraizado nesses homens! Isso quer dizer: o modo prisão circula *entre* eles.

Outro exemplo da eficiência dessas podas: em outro encontro com esse mesmo grupo, no mesmo pátio, vigiados por um agente, a tarefa do dia era marcar um bingo. Cartelas de bingo foram distribuídas aos participantes. Os prêmios eram chocolates e balas. Com um globo de brinquedo, um a um os números eram sorteados. A brincadeira seguiu-se solta, todos muito atentos aos números “cantados” por quem girava o globo da sorte. O ambiente tomava ares distintos, por vezes esquecia-me de que se estava dentro de uma penitenciária, até o momento em que um dos internos passou a associar os números sorteados à sua vida de presidiário. Ao “cantar” a bola da vez, ouvia-se: “Meu tempo de condenação!”, “Meu artigo!”, “Meu calibre”, referindo-se ao calibre de sua arma, “Já tirei isso de cadeia”, referindo-se ao tempo de pena já cumprido em regime fechado. Assim, para muitos números sorteados, tristes referências se estabeleciam na voz de um interno. Com tamanha eficiência seus galhos já haviam sido podados. Com grande rigorosidade, o trabalho de emoldramento já havia sido executado – talvez iniciado ainda fora das grades e concluído, magistralmente, nos corredores, nas galerias, nas celas, na vida

companheiros improvisaram e adaptaram uma maneira de ter sob os pés suas pedrinhas. Uns as colocaram dentro das meias – o dia estava nublado e frio, justificando assim o uso delas. Outros prendiam suas pedrinhas entre os dedos do pé e se colocavam a caminhar descalços, ou acompanhados de suas sandálias de dedo.

dentro da penitenciária. O dispositivo prisão, o modo presidiário se mostra enraizado, presentificado nos corpos e nas vidas desses artistas podados.

Capturados nessa malha, enredados nesse jardim, homens e mulheres – profissionais do sistema prisional – correm o risco de assumir o papel de jardineiro, do mais baixo ao mais alto escalão. Devidamente instrumentalizados com suas facas e tesouras e legalmente respaldados por seus lugares na hierarquia da prisão e por seus especialismos, transformam-se em jardineiros dos jardins das vidas enclausuradas e, dia após dia, cumprem a tarefa de podar os galhos, comprimir extensões de vida, aparar excessos e ditar formas, modos de ser.

Para onde temos apontado nossas facas e tesouras? Aliados a quem, ou a quê, assumimos o papel de jardineiro? E ao assumir esse papel, não estaríamos, nós também, nos sujeitando ao fio cortante desses instrumentos? Não estaríamos agindo como toxinas que envenenam corpos alheios e que sofrem com a própria ação de envenenar? Seres envenenados e envenenadores?

Tomando de empréstimo a filosofia de Spinoza (2009)³⁴ e dialogando com ela, acreditamos que nossa existência se faz nos encontros dos corpos com outros corpos, das ideias com outras ideias. Assim, nossa existência se compõe por relações. Infinitas relações que podem expandir a vida – quando um corpo compõe diretamente sua relação com o nosso corpo de forma a ampliar nossa potência de agir – e relações que, ao contrário, tendem a enfraquecê-la, diminuí-la – quando um corpo decompõe a relação de nosso corpo, de forma a reduzir nossa potência de agir, provocando o nosso padecimento.

³⁴ Nossa leitura de Spinoza também baseia-se no trabalho produzido por Gilles Deleuze (2002) acerca da filosofia espinosista.

Em Spinoza (2009), entende-se como *bom* aquilo que compõe com nosso corpo, que aumenta nossa potência para agir, que convém à nossa natureza, que produz a expansão da vida. O *mau* compreende-se como aquilo que contraria nosso corpo, que vai contra a nossa natureza, que decompõe nossas forças e reduz nossa potência para agir. Assim, podemos falar de bons e maus encontros. De encontros e de relações que tendem à expansão da vida ou que levam ao seu padecimento.

Ainda em Spinoza, *bom* e *mau* possuem dois sentidos: um sentido objetivo, mas relativo e parcial (o que convém à nossa natureza e o que não convém) e um segundo sentido subjetivo, modal, qualificando dois tipos, dois modos de existência humana. É concebido como *bom* (ou livre, ou forte, ou sensato) aquele que se esforça por produzir encontros, por agenciar e compor forças ativas em suas relações, aumentando assim sua potência de agir. Contrariamente, será concebido como *mau* (ou escravo, ou fraco, ou insensato) aquele que vive ao acaso dos encontros, que se contenta em sofrer com seus efeitos, que se põe a gemer e acusar toda vez que o efeito vivido não lhe for conveniente, revelando sua própria impotência.

Podemos pensar que vivemos em uma sociedade regida por leis capitalísticas que funcionam a partir da produção de uma servidão, das impotências, dos enfraquecimentos e subtrações de autonomias, do engajamento subjetivo em um modo de ser/existir ligado ao sofrimento, destituído do lugar de invenção de normatividades para a própria vida. Tal engajamento subjetivo, manifesto em toda sociedade, se faz ainda mais forte e mais presente nos corredores, nos pátios, nas celas e nos ares (quase irrespiráveis) de uma penitenciária. Em consonância com a filosofia espinosista, esse engajamento nos remete ao modo de existência humana guiada pelo qualitativo *mau*, uma existência, como já sabemos, que se contenta em

sofrer os efeitos dos encontros, culpabilizada e ressentida, enfraquecida e destituída de alegrias ativas, engajada na decomposição de suas forças, no enfraquecimento de suas potências.

O engajamento em um modo de existir voltado à produção do sofrimento e do enfraquecimento da potência de agir se faz nas diversas e infinitas relações que estabelecemos com o mundo. Por vezes, persistimos em relações que decompõem nossas forças, que são contrárias à nossa natureza, inconvenientes ao nosso corpo, às nossas ideias. Além disso, muitas outras circunstâncias (e doenças) podem modificar as relações que compõem nosso corpo, torná-las partes irreconhecíveis à nossa própria natureza.

Pois não ousou negar que o corpo humano, ainda que mantenha a circulação sanguínea e outras coisas, em função das quais se julga que ele ainda vive, pode, não obstante, ter sua natureza transformada em outra inteiramente diferente da sua. Com efeito, nenhuma razão me obriga a afirmar que o corpo não morre a não ser quando se transforma em cadáver. Na verdade, a própria experiência parece sugerir o contrário. Pois ocorre que um homem passa, às vezes, por transformações tais que não seria fácil dizer que ele é o mesmo (SPINOZA, 2009, p. 183).

Nesse sentido, as partes modificadas em nosso corpo podem se comportar como verdadeiro veneno, dissolvendo as outras partes e voltando-se contra elas – é o caso de algumas doenças, chamadas de auto-imunes, e o suicídio. O que dizer de nosso companheiro estrangeiro? Quais relações seu corpo, suas ideias estabeleceram com a prisão (não somente a PSMA I, mas com o dispositivo prisão)? E de nosso companheiro obstinado, o que podemos pensar? Ao recusar o tratamento para HIV, quais relações ele estabelece com sua própria vida, com seu corpo?

Ninguém, portanto, a não ser que seja dominado por causas exteriores e contrárias à sua natureza, descuida-se de desejar o que lhe é útil, ou seja, de conservar o seu ser. Quero, com isso, dizer que não é pela necessidade de sua natureza, mas coagido por causas exteriores, que alguém se recusa a se alimentar ou se suicida, o que pode ocorrer de muitas maneiras. Assim, alguém se suicida coagido por outro, que lhe torce a mão direita, a qual, por acaso, segurava uma espada, obrigando-o a dirigi-la contra o próprio coração (SPINOZA, 2009, p. 170).

Assim, as relações que se estabelecem entre os internos (as vidas pulsantes, os artistas podados, subtraídos) e toda a realidade da PSMA I, os encontros estabelecidos entre essas vidas, conhecidas nesse escrito de forma limitada, como têm funcionado? Quais efeitos têm produzido sobre esses corpos? Seria imaturo afirmarmos que a prisão – vista aqui como a figura do tirano que só consegue reinar sobre a impotência dos homens, dos internos do sistema, sendo a impotência seu objeto e seu produto – tem configurado modos de existência enfraquecidos em sua capacidade de criar, pensar e agir? Seria imaturo afirmarmos que dentro dos muros das prisões brasileiras, e não apenas a PSMA I, produz-se uma vida subtraída de sua potência de agir, de sua capacidade de criar normatividades? E mais, seria leviano afirmarmos que essa subtração de forças, de potências de agir e de autonomias estaria atuando em função de ampliar a potência de padecer dos sujeitos, alimentando mortificações inúmeras, expressas de diversas formas sobre os corpos enclausurados?

Entendemos, a partir do acompanhamento cartográfico das vidas pulsantes, da arquitetura enclausurante, do exercício laboral da equipe técnica etc., que o dispositivo prisão é produtor de paixões tristes. O dispositivo prisão (e o dispositivo da criminalidade), que atravessa toda a sociedade, busca a classificação

de seus membros baseada na diferenciação entre obedientes e transgressores. O seguimento incondicional das leis, sua obediência irrestrita, constitui um assujeitamento sutil e quase silencioso que submete e desvia o desejo quanto mais o sujeito adere à lei. É por medo do castigo e esperança em receber recompensas que o sujeito submete-se a um poder que enfraquece, dilui e empobrece sua capacidade de sentir, pensar e agir livremente (FUGANTI, 2012).

Essas relações microfísicas de poder que se estabelecem não apenas nas prisões, mas em toda a parte, atravessam os corpos, enfraquecem sua capacidade de sentir, pensar, falar e agir por ordem própria em benefício da produção de discursos que se querem legítimos, científicos, qualificados e autorizados a atribuir valores e a ditar formas/moldes de se viver (acerca do Bem/Mal). Nega-se a produção de multiplicidades, procura-se estancar as diferenças, instituem-se formas burocratizadas e engessadas de se viver.

Torna-se oportuno retomarmos o episódio em que nosso companheiro obstinado assina o TCLE. Mesmo com dúvidas acerca da finalidade do papel, mesmo sem compreender ao certo o porquê de sua assinatura, ele assim o faz. Válido ainda é lembrarmos a angústia vivida por nossos companheiros de jornada, o estrangeiro e o obstinado. Uma angústia comum a muitas vidas enclausuradas e que se refere ao fato de serem elas produzidas como incapazes de *conhecer*³⁵. Encarcerados, destituídos da possibilidade de criarem para si normas de vida, distantes de alcançar um mínimo de atendimento jurídico, passam os dias presos sem saber quando serão libertos, quando será o dia em que suas “dívidas” para com

³⁵ De acordo com Maturana e Varela (2002), conhecer é produzir-se a si mesmo a todo o tempo, é interagir com o meio no qual se está acoplado, de modo a fazer parte de uma recursividade que possibilita a manutenção da vida. Desse modo, para os autores, viver, manter-se vivo, produzir-se a si mesmo, é conhecer.

a sociedade estarão quitadas. Entendemos esse “desconhecimento” – ou essa subtração das rédeas de suas vidas – como um mecanismo que faz parte de todo o dispositivo prisão (e que atravessa toda a sociedade em diferentes graus de subtração). Ao ser colocado na condição de presidiário, não compete mais ao sujeito determinar sua rotina e a este tutelado, muitas vezes, de forma pueril, atribui-se o lugar do desqualificado, desmerecedor.

Artista podado, homem enjaulado, pássaro engaiolado... Vida pulsante. Uma vida marcadamente guiada pela noção de zoé. Vida matável, subtraída em sua autonomia, destituída do seu poder de criação e submetida, muitas e muitas vezes, a um poder soberano. Um poder que se mostra, na atualidade biopolítica, encarnado e mascarado em muitas de nossas práticas. Práticas essas que insistem em preservar certas morais, enfatizando o código, as normas, sua sistematização, a adequação e ajustamento dos sujeitos a essas normas, práticas voltadas à obediência do código e à sanção daqueles que dele se desviam. Um poder soberano que se sustenta na produção de mortes subjetivas e na produção de subjetividades engajadas no sofrimento, na potência de padecer e no enfraquecimento da potência de agir.

8. ESTÁ TUDO DOMINADO?

Nos dias atuais, em uma sociedade globalizada, no mundo em que o neoliberalismo impera majestoso, como nos distanciarmos da culpabilização, do autoflagelo, do ressentimento e da constante produção de impotências (ou potências de padecer), das paixões tristes que decompõem nossas forças e enfraquecem nossas relações (consigo mesmo e com o mundo)?

Não concebemos o mundo em um estado em que “está tudo dominado”, pois se é no campo microfísico que as relações de poder nos atravessam, é neste mesmo campo que se dão as resistências, sendo exatamente sobre esse ponto que se produzem nossas apostas. Compreendemos resistência “não como uma simples recusa a processos de normalização, mas como um fazer diferente, como invenção de atos que rompam com as rotas já estabelecidas” (NASCIMENTO & TEDESCO, 2009, p. 8). Nesse sentido, torna-se valioso e imprescindível um olhar mais atento aos movimentos apreendidos nos encontros estabelecidos com nosso companheiro obstinado. Em algumas páginas atrás, quando buscamos sua vida efemerizar, perguntamo-nos do que falava sua recusa em fazer o tratamento do HIV. O que tem esse ‘não’ a nos dizer? A isso acrescentamos: O que essa recusa é capaz de provocar?

Retomando o aspecto de estado de dominação trabalhado por Foucault (2006b), que parece caracterizar todo o dispositivo prisão, sabemos que nesse contexto há pouco ou quase nenhum espaço para a liberdade (ou nenhuma mesmo) de criar para si uma postura dedicada à variação nos/dos modos de se relacionar com os códigos, com as regras. A margem de liberdade é bastante restrita (ou inexistente), restando aos sujeitos acatar as regras, enquadrar-se nas normas. Os encarcerados agem em conformidade com essas regras, com as palavras de ordem,

sabendo que para cada desvio cometido, aplicar-se-á sobre si uma sanção. A possibilidade de distanciar-se da ordem/regra para analisá-la e, tendo em vista a análise produzida, experimentá-la em maior ou menor adequação apresenta-se como quase inexistente. Não há espaço para análises, não se admitem inadequações. Nossos artistas estão sujeitados a esses códigos e a essas normas e, por isso mesmo, sofrem podas constantes.

Eis, então, nosso companheiro obstinado na recusa do tratamento. Ao se recusar receber o tratamento, ao se recusar fazer uso dos medicamentos destinados a conter o vírus HIV e hepatite C, esse artista provoca uma desestabilização das verdades e das ideias já propostas, tais como “um doente **tem de** tomar remédios, **precisa** de tratamentos e **deve** querer ser tratado”. Esse movimento de recusa provoca ainda outros abalos: ao negar o tratamento, nosso companheiro reclama para si a decisão que recairá sobre seu corpo, sobre sua vida. Ao recusar o coquetel antirretroviral, o obstinado forja meios para afirmar-se como artista dono de sua própria paleta de cores, dos seus pincéis, das suas tintas. Podemos fazer uma leitura dessa recusa como uma luta por afirmar-se sujeito detentor de desejos e vontades, uma afirmação de vida diante de um espaço que tende a subtrair as rédeas e a autonomia dos sujeitos e uma tentativa de desvencilhar-se das amarras que lhe prendem a uma posição de mero receptor de ordens, normas ou mesmo de receitas médicas. Recusar os medicamentos, ou fazer uso deles, passa a ser consideração que essa vida pulsante constrói, tendo em vista sua vida – um esboço (ou arte completa) da sua arte de viver. Assim, é na esfera das relações microfísicas de poder que apostamos em rupturas, em desvios, em produção de novos e outros caminhos. Foi seguindo tal aposta que nos lançamos nos encontros com aqueles companheiros.

Entendemos os encontros como fluxos. Fluxos que não pertencem a um ou outro ser. Os seres “efêmeros”, antes disso, agenciam-se nos encontros. Os encontros possuem a capacidade de disjunção, de composição e decomposição de forças, de potências. Carregam em si a potencialidade da criação, da afirmação, do novo, de infinitos possíveis, bem como a dissolução de formas pré-concebidas, o desmanchar de formas/modos de ser e estar no mundo engessadas. O encontro carrega a possibilidade de tornar-se outro³⁶, a poeira do instituinte, do devir, da transformação.

Apostar no encontro significa persistir nas tentativas cotidianas, diárias e incansáveis de penetrar por entre porosidades. Mesmo as instituições mais rígidas, mesmo as mais compactadas, tal como é a prisão, mesmo essas possuem microporos por onde podemos adentrá-las, pulverizando outros modos de vida, outras existências possíveis. É tão somente adentrando por entre esses microporos que poderemos provocar pequenas rachaduras, minúsculas fissuras que cumprirão o papel de, minimamente, produzir desvios dentro da lógica do dispositivo prisional.

O encontro com nosso companheiro estrangeiro também nos fez enxergar a insistência da vida que pulsa no *deserto* da prisão. Um oásis se fazia entre nós naqueles encontros. Oásis cheio de comum, de confiança e de potência de agir³⁷.

³⁶ “[...] o outro não é entendido como uma unidade separada e exterior a uma outra unidade – eu. A ideia de alteridade não está fundada nas polarizações interior e exterior ou sujeito e objeto. O outro presente na ideia de alteridade expressa um diferir, uma outra forma diversa da atual” (MACHADO, 1999).

³⁷ O *comum* aqui é pensado de acordo com Hardt e Negri (2005) ao apostarem na potência da multidão: “[...] o comum assinala uma nova forma de soberania, uma soberania democrática (ou, mais precisamente, uma forma de organização social que desloca a soberania) na qual as singularidades sociais controlam através de sua própria atividade biopolítica aqueles bens e serviços que permitem a

Assim, em nossas práticas (profissionais ou não) cotidianas, a cada nova tentativa, apresentavam-se algumas perguntas: o que temos feito de nós mesmos? E o que estamos ajudando a fazer do mundo? Quais são as verdades que temos produzido? A quem tem servido essas verdades? Estariam elas proporcionando a produção de modos de subjetivação normalizadores? Nossas práticas estariam engajadas em processos de subjetivação mais potentes e inventivos? Quais os efeitos dessas práticas em nossa vida e nas malhas de todo o tecido social? Seriam nossas práticas potencializadoras de liberdade? Liberdade entendida aqui como “o exercício através do qual questionamos a maneira como fomos constituídos enquanto sujeitos” (RODRIGUES & TEDESCO, 2009, p. 86) e como prática ou exercício de interrogação das normas, das leis universais que ditam modos hegemônicos de ser e estar no mundo. Essa liberdade implica não somente o questionamento acerca das normas a serem seguidas, mas carrega em si a possibilidade do exercício de constituição de outros modos de vida.

Ou seja, mais do que nos liberar do julgo de alguém ou da lei, a liberdade nos afasta das identidades, da crença numa verdade, numa natureza universal que aprisiona a experiência. Daí decorre que a liberdade nunca é total, não se trata de um estado final a ser atingido e sim um exercício de transformação de nossas identidades historicamente produzidas (RODRIGUES & TEDESCO, 2009, p. 86).

Ou estariam nossas práticas voltadas à normalização dos sujeitos? Orientadas ao controle e à vigilância, à adaptação ao código de conduta puramente? Como não deixar que nossas práticas de cuidado (e aqui tratamos das práticas colocadas em espaços tais como a prisão, onde acreditamos na psicologia como

reprodução da própria multidão” (p. 268). A multidão diz respeito a “[...] força informe de vida, e neste sentido um elemento do ser social, constantemente voltado para a plenitude da vida” (p. 251).

uma prática comprometida com a catalisação de resistências e autonomias múltiplas) venham a sucumbir às práticas de governo? Como não ser capturado? Como não deixar que nossas práticas sejam aprisionadas às práticas de controle de condutas? Como conduzir um trabalho (especialmente aquele dentro das prisões) sem recorrer às leis, às normas, aos padrões já instituídos e produtores de subjetividades homogeneizadas, massificadas?

Certamente não estamos a falar de práticas prescritas nos livros e manuais de psicologia (quaisquer que sejam eles). Desviar das armadilhas que estão colocadas ao longo dos caminhos, que permanecem à espreita, aguardando um titubear, um passo vacilante... Assim, apresenta-se a nós um grande desafio: estar alerta às armadilhas e às diversas formas de captura que se colocam diante de nossas práticas de cuidado. Permanecer alerta às armadilhas e equipados para o combate. Um combate aos estados de dominação, aos processos produtores de imobilidade das forças.

Dessa forma, acreditamos que não se trata de um: é isso ou é aquilo. A vida fala de um combater, a cada nova tentativa, a paralisia que nos atinge e se impõe às forças presentes em uma realidade (a vida nas prisões), forças essas que, tensionadas, alimentadas e catalisadas, tornam-se capazes de desestabilizar relações, produzir rearranjos subjetivos, sociais, políticos, econômicos... É tão somente porque a vida insiste, persiste e resiste sempre a cada nova tentativa que podemos, sem medo, bradar: não está tudo dominado!

9. O DIA EM QUE O APRENDIZ-CARTÓGRAFO PRECISA DESPEDIR-SE DO CAMPO...

O final do mês de julho de 2011 anunciava o término das minhas visitas à PSMA I. Sentimentos (controversos) sinalizavam que essa despedida aconteceria não sem deixar marcas, não sem provocar abalos em minhas (in)certezas.

Amanhã, tenho programado encerrar os encontros com o estrangeiro. Estou relutante em fazer tal encerramento. Fico a pensar no vínculo que estabelecemos, no bem que lhe quero e na falta que irá me fazer a ausência de notícias dele. Fico a pensar que depois de nossos encontros, ele não terá mais a mim. Pobre prepotência que me faz sentir que sou importante para alguém, que farei falta à ele. Tal prepotência fala mais da minha dor de não vê-lo mais do da dele... Esforço-me no pensamento de que nossos encontros vão durar no sentido bergsoniano (Diário de campo, 26 de julho de 2011).

Apesar de desgastantes e cansativas, era certo que as viagens até o Complexo Penitenciário de Viana iriam me fazer falta. Acordar cedo, precisar embarcar em dois ônibus diferentes (sempre cheios), percorrer alguns bons quilômetros até chegar à PSMA I, passar por todos os procedimentos ditos de segurança da unidade, ao contrário do que se poderia pensar, iria me fazer falta sim, pois tudo isso me serviu de meio para os encontros com o estrangeiro e com o obstinado, existências com as quais muito da vida aprendi.

Despedir-me desse espaço, das pessoas com quem pude estabelecer vínculos de confiança, trocas e aprendizados, tornou-se tarefa dolorida. Feita a última visita e sabendo que as viagens até a PSMA I não aconteceriam mais, busquei manter contato via e-mail com a psicóloga da unidade que esteve presente em todo o percurso da pesquisa. Havia criado, então, uma estratégia para sentir-me mais próxima daquele espaço, daquelas pessoas, daquelas histórias de vida

pulsante. Através das mensagens eletrônicas sentia-me relativamente perto das coisas que aconteciam na PSMA I após minha despedida.

Com alguns e-mails trocados, as notícias chegavam até mim. Um traziam novidades e algumas outras traziam angustiantes notícias. Mas houve, entre elas, uma significativa notícia que, de fato, me trouxe um misto de sensações. Ora era a felicidade que me assoprava uma brisa fresca na fronte, ora era a sensação de decepção que tomava meu corpo. Às vezes um suspiro de alívio, outras um sentimento de dever não cumprido. A notícia da transferência do estrangeiro para seu Estado natal, Minas Gerais, chegou até mim provocando sentimentos que se desencontravam. Se me senti feliz por saber que finalmente seu desejo de voltar para sua cidade havia se concretizado, por outro lado esperava poder novamente encontrá-lo quando, finalmente, as páginas desse trabalho estivessem concluídas. Tínhamos um combinado. Havíamos, meses antes, firmado um trato. E eu tinha um compromisso a ser cumprido: “No final do ano [2011] eu venho aqui para mostrar ao senhor um pouco do que nossas conversas me possibilitaram escrever. Graças ao senhor, aos nossos encontros, à sua história de vida eu terei muitas coisas para contar aos outros” (Diário de campo, 21 de julho de 2011).

A notícia que acabava de receber solidificou minha despedida do campo, mostrando-se, por isso mesmo, ainda mais dolorosa. Na mensagem, a psicóloga da penitenciária contou-me que todo o processo de transferência aconteceu de modo muito rápido e não teve tempo de comunicar-me a decisão da justiça. Em uma última conversa entre a psicóloga da PSMA I e o estrangeiro, ele a pediu que me mandasse lembranças. Lembranças dos bons encontros vividos entre mim e os companheiros dessa jornada...

*Nossos encontros, o que podem ter produzido? Em mim? Nele? Em nós?
No presídio todo? O que nossas conversas foram capazes de produzir?*

Desvios? Outros contornos à vida lá dentro? À vida aqui fora? Por que, para mim, está sendo doloroso dizer “tchau”? Por que, embora desprazeroso seja chegar lá, é tão doloroso pensar em não mais encontrar o estrangeiro para mais um dia de conversa? Por que aquele ambiente irá fazer falta para mim? Porque me importo com as pessoas que lá conheci... Talvez seja mesmo essa a resposta. Talvez porque outras relações se estabeleceram lá dentro. Talvez porque, em momento algum, olhei para o estrangeiro e para o obstinado como dois assassinos, mas como companheiros nessa caminhada de vida, de pesquisa, de busca, de vontade de compartilhar, de enfrentar, de surpreender... (Diário de campo, 26 de julho de 2011).

Ficou em mim uma pergunta: o que pode uma pesquisa? Ou ainda: o que podemos construir em uma experiência de mestrado? O que nossos relatos de pesquisa são capazes de produzir? O que pode um encontro? Produção de desvios? Desconstruções e desarranjos de formas engessadas de se olhar o mundo e a si próprio? Produção de vida? O que pode um encontro e o que pode uma pesquisa?

Então, folheei meu caderno mostrando a ele todas as páginas já escritas graças às nossas conversas, graças à sua disposição em contar para mim um pouco de sua história, graças a ele e aos dias que nos encontramos. “Graças ao senhor um bom trabalho poderá ser escrito”, por fim, declaro. “Nossa! Ai têm muitas letras! Você já escreveu um caderno!” Sim, já tinha quase um caderno escrito! O gravador não fez tanta falta, afinal. Ressabiado, o estrangeiro lança um sorriso de canto de boca e me questiona, mais uma vez: “Graças a mim? Como pode? Não estou fazendo nada!”. Dando continuidade à prosa, sorri para ele e afirmo que todo o trabalho que pretendo escrever [este que agora o caro leitor tem em mãos] só acontecerá porque ele, o estrangeiro, está me ajudando. “É com sua ajuda que minha tarefa será cumprida”. Quase incrédulo dessa possibilidade, recebo novos questionamentos: “Eu te ajudando? Não seria o

contrário? É a senhora que está me ajudando, a senhora que vem aqui conversar comigo. Como eu posso estar te ajudando? Isso está errado, é a senhora que está me ajudando.” (Diário de Campo, 21 de julho de 2011).

Não, não vou desfazer. Pode escrever sim. E tomara que algum advogado da OAB leia seu trabalho e veja a minha situação aqui. (O obstinado, Diário de Campo, 03 de agosto de 2011).

Esses fragmentos retratam dois diferentes encontros com vidas pulsantes, que dispararam um questionamento acerca “do que somos capazes juntos?”. Assim, é da ordem do encontro a possibilidade de produção de desvios e a possibilidade de experimentação de outras formas de vida, “outros modos de se viver quando se provou da fragilidade de certo tipo de identificação que se acreditava verdadeira” (RODRIGUES & TEDESCO, 2009, p. 88). No encontro apresentam-se as práticas de liberdade, práticas essas colocadas enquanto condição para uma vida ética, uma vida de questionamentos e elaborações de novas regras para o viver, regras não acabadas, não cristalizadas, mas sempre prontas a serem interrogadas e transformadas. É, pois, a cada novo encontro que se colocam novas possibilidades de vida, novas tentativas de um viver potente, inventivo, criador.

A leitura nos percorre e não faz apenas parte de uma lembrança, torna-se nosso próprio corpo. É preciso que haja uma composição das consultas, das leituras e releituras, das escolhas, enfim, da vida, naquele que escreve e no que escreve. Trata-se de conectar fragmentos por meio da criação de um estilo de escrita. E o corpo que aí se cria, não é um corpo de doutrina, é o próprio corpo daquele que ao ser percorrido pelas leituras se apossou delas e faz sua afirmativa. A escrita pode transformar a coisa vista ou ouvida em batalhas. Ela transforma-se em um princípio de ação. Em contrapartida, aquele que

escreve se transmuta em meio a esse emaranhado (MACHADO, 2004, p. 4).

10. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. AGAMBEN, G. **Homo sacer**: o poder soberano e a vida nua I. 2. ed. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2010.
2. ALVAREZ, J.; PASSOS, E. Cartografar é habitar um território existencial. In: PASSOS, E.; KASTRUP, V.; DA ESCÓSSIA, L. (Orgs.) **Pistas do método da cartografia**: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade. Porto Alegre: Ed. Sulina, 2009.
3. BAREMBLITT, G. F. **Compêndio de análise institucional e outras correntes**: teoria e prática. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992.
4. BARROS, L. P. DE; KASTRUP, V. Cartografar é acompanhar processos. In: PASSOS, E.; KASTRUP, V.; DA ESCÓSSIA, L. (Orgs.) **Pistas do Método da Cartografia**: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade. Porto Alegre: Ed. Sulina, 2009.
5. BATISTA, V. M. Adeus às ilusões “re”. In: COIMBRA, C. M. B., AYRES, L. S. M., NASCIMENTO, M. L. **PIVETES**: encontros entre a psicologia e o judiciário. Curitiba: Ed. Juruá, 2009.
6. BERGSON, H. **Memória e Vida**. Textos Escolhidos. São Paulo: Martins Fontes, 2006.
7. CANGUILHEM, G. **O normal e o Patológico**. Rio de Janeiro: Ed. Forense-Universitária, 2.ed., 1982.
8. CASTRO, E. **Vocabulário de Foucault** – um percurso pelos seus temas, conceitos e autores. Belo Horizonte: Ed. Autêntica, 2009.
9. COIMBRA, C. M. B. Modalidades de aprisionamento: processos de subjetivação contemporâneo e poder punitivo. In: OLIVEIRA, R. T.; MATTOS,

- V. (Orgs). **Estudos de Execução Criminal – Direitos e Psicologia**. Belo Horizonte: Tribunal de Justiça de Minas Gerais, 2009.
10. CONECTAS DIREITOS HUMANOS. Petição junto ao Supremo Tribunal Federal solicitando a intervenção Federal no Estado do Espírito Santo. Disponível em: http://www.estadao.com.br/especiais/2009/11/crimesnobrasil_if_es.pdf Acesso em: 06 mai. 2010.
11. DELEUZE, G. **Conversações**. São Paulo: Editora 34, 1992.
12. DELEUZE, G. **Spinoza: filosofia prática**. São Paulo: Ed. Escuta, 2002.
13. DELEUZE, G.; PARNET, C. **Diálogos**. Lisboa: Relógio D'Água, 2004.
14. FERREIRA, A. B. de H. Minidicionário da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000
15. FOUCAULT, M. A ética do cuidado de si como prática de liberdade. In: **Ditos e escritos V: Ética, sexualidade e política**. Rio de Janeiro: Ed. Forense-Universitária, 2.ed., 2006b
16. FOUCAULT, M. A prisão vista por um filósofo francês. In: Motta (Org). **Michel Foucault. Ditos e Escritos IV: estratégia, poder-saber**. 2. ed. Rio de Janeiro: Ed. Forense Universitária, 2006.
17. FOUCAULT, M. **A verdade e as formas jurídicas**. 3. ed. Rio de Janeiro: Ed. Nau, 2009.
18. FOUCAULT, M. Aula de 17 de Março de 1976. In: **Em defesa da sociedade**. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 2005b.
19. FOUCAULT, M. Aula de 18 de Janeiro de 1978. In: **Segurança, território, população**. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 2008a.

20. FOUCAULT, M. Direito de morte e poder sobre a vida. In: **História da sexualidade I: a vontade do saber**. Ed. Graal, 1985.
21. FOUCAULT, M. Método. In: **História da sexualidade I: a vontade do saber**. Ed. Graal, 2010b.
22. FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 2005.
23. FOUCAULT, M. Os intelectuais e o poder. In: **Ditos e Escritos IV: Estratégia, poder-saber**. Rio de Janeiro: Ed. Forense-Universitária, 2.ed., 2010.
24. FOUCAULT, M. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. 35. ed. Petrópolis, RJ: Ed. Vozes, 2008.
25. FUGANTI, L. **A ética como potência e a moral como servidão**. Disponível em: <<http://escolanomade.org/pensadores-textos-e-videos/fuganti-luiz/etica-como-potencia-e-moral-como-servidao>> Acesso em: 14 dez. 2011
26. GRUPO DE MONITORAMENTO INTEGRADO. Violações de Direitos Humanos no Sistema Prisional do Espírito Santo – Atuação da Sociedade Civil. Maio de 2011. Disponível em: <http://global.org.br/wp-content/uploads/2011/06/SistemaPrisionalES_2011.pdf>. Acesso em: 10 de jan 2012.
27. HARDT, M.; NEGRI, A. **Multidão**. Rio de Janeiro: Record, 2005.
28. LEMOS, C. E. R. **A dignidade humana e as prisões capixabas**. Vila Velha, ES: Ed. Univila, 2007.
29. LEVI, P. **É isto um homem?** Rio de Janeiro: Ed. Rocco, 1988.
30. LOURAU, R. Objeto e método da análise institucional. In: ALTOÉ, S. (Org.) **René Lourau: analista institucional em tempo integral**. São Paulo: Ed. Hucitec, 2004.

31. MACHADO, L. A. D. Ética. In: BARROS, M. E. B. (Org.) **Psicologia: questões contemporâneas**. Vitória: EDUFES, 1999. Disponível em: <<http://www.ufes.br/ppgpsi/files/livros/%C3%89tica.pdf>>. Acesso em: 01 de Nov. de 2011.
32. MACHADO, L. A. D. Ética: exercícios de resistência em meio à indiferença. In: NOVO, H.; NOBRE, A.; SOUZA, L. (Orgs.). **Ética, Cidadania e Participação: debates no campo da Psicologia**. Vitória: EDUFES, 1. ed., 2001, v. 1, p. 71-80.
33. MACHADO, L. A. D. **O desafio ético da escrita**. Psicologia e Sociedade. n. 16, vol. 1. Número especial. 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/psoc/v16n1/v16n1a12.pdf>> Acesso em: 14 dez. 2011.
34. MATURANA, H. R.; VARELA, F. J. **A árvore do conhecimento: as bases biológicas da compreensão humana**. São Paulo: Palas Athena, 2002.
35. MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO NACIONAL (DEPEN). **Relatórios estatísticos – analíticos do sistema prisional de cada Estado da Federação**. Disponível em: <<http://portal.mj.gov.br/data/Pages/MJD574E9CEITEMIDC37B2AE94C6840068B1624D28407509CPTBRNN.htm>> Acesso em: 28 out. 2010.
36. NASCIMENTO, M. L.; TEDESCO, S. Conectando clínica e política. In: NASCIMENTO, M. L.; TEDESCO, S. (Org). **Ética e subjetividade: novos impasses no contemporâneo**. Porto Alegre: Ed. Sulina, 2009.
37. NEGRI, T. **Exílio**. São Paulo: Iluminuras, 2001.
38. PASSOS, E. & BARROS, R. B. DE. Por uma política da narrativa. In: PASSOS, KASTRUP, V.; DA ESCÓSSIA, L. (Orgs.) **Pistas do método da**

- cartografia:** pesquisa-intervenção e produção de subjetividade. Porto Alegre: Ed. Sulina, 2009.
39. PELBART, P. P. **Exclusão e biopotência no coração do império.** Disponível em: <<http://www.cedest.info/Peter.pdf>> Acesso em 20 out. 2010.
40. PELBART, P. P. **Vida capital:** ensaios de biopolítica. São Paulo: Ed. Iluminuras, 2003.
41. RAUTER, C. Clínica e estratégias de resistência: perspectivas para o trabalho do psicólogo em prisões. In: **Clínica e Política 2:** subjetividade, direitos humanos e invenção de práticas clínicas. MOURÃO, J. C. (Org). Rio de Janeiro: Ed. Abaquare: Grupo Tortura Nunca Mais, 2009.
42. RODRIGUES, C.; TEDESCO, S. Por uma perspectiva ética das práticas de cuidado no contemporâneo. In: NASCIMENTO, M. L.; TEDESCO, S. (Org). **Ética e subjetividade:** novos impasses no contemporâneo. Porto Alegre: Ed. Sulina, 2009.
43. ROLNIK, S. **Cartografia Sentimental:** transformações contemporâneas do desejo. Porto Alegre: Ed. Sulina, 2006.
44. SAINT-EXUPÉRY, A. DE. **O Pequeno Príncipe.** Rio de Janeiro: Ed. Agir, 48 ed., 2009.
45. SPINOZA, B. **Ética.** Belo Horizonte: Ed. Autêntica, 2009.
46. TAVARES, G. M. & MENANDRO, P. R. M. **Atestado de exclusão com firma reconhecida:** o sofrimento do presidiário brasileiro. *Psicologia, Ciência e Profissão*, 2004, 24 (2), 86-99.
47. THOMPSON, A. **A questão penitenciária.** 2. ed. Rio de Janeiro: Ed. Forense, 1980.

48. WACQUANT, L. **As prisões da miséria**. Rio de Janeiro, RJ: Ed Jorge Zahar, 2001.

11. APÊNDICE

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Concordo em participar da pesquisa abaixo discriminada nos seguintes termos:

<p>Pesquisa: “O pulsar da vida: cartografando existências e resistências no Sistema Prisional Capixaba”</p> <p>Pesquisador responsável pela coleta dos dados: Ana Cristina Scopel</p> <p>Orientador: Prof^ª. Dr^ª. Gilead Marchezi Tavares</p> <p>Instituição: Universidade Federal do Espírito Santo (UFES).</p> <p>Telefone de contato: (27)9956-7628</p>
<p>Objetivo da pesquisa</p>
<p>A presente pesquisa tem como objetivo geral conhecer a realidade prisional a que estão submetidos os internos do sistema carcerário capixaba, analisando as formas como estes vivenciam o cumprimento de suas penas, conhecendo os mecanismos, os dispositivos e as estratégias produzidas pelos mesmos que os permitem e os favorecem no processo de criação, produção e afirmação da vida, sua existência e seu mundo.</p>
<p>Descrição dos procedimentos aos quais os participantes serão submetidos</p>
<p>Para alcançar os objetivos propostos serão realizadas entrevistas semi-estruturadas, norteadas a partir de eixos temáticos, tais como: a) experiências marcantes na prisão; b) encontros com a morte (suicídios, rebeliões, etc.); c) encontros com a vida. As entrevistas serão gravadas em áudio e acontecerão na Unidade Prisional onde se encontra recluso o participante da pesquisa. A produção de dados será realizada pela pesquisadora, Ana Cristina Scopel, mestranda do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Institucional da Universidade Federal do Espírito Santo, por meio da análise dos dados colhidos nas entrevistas e nos encontros com os participantes. Fica assegurado o anonimato do participante e a liberdade do sujeito recusar-se a participar ou retirar seu consentimento, em qualquer fase da pesquisa, sem penalização alguma e sem prejuízo ao seu cuidado, sendo possível obter todas as informações e esclarecimentos que julgar serem necessários diretamente com a pesquisadora. Não haverá riscos à saúde do participante, bem como não haverá nenhuma forma de pagamento. Os resultados dessa pesquisa serão apresentados em artigos e eventos científicos sem qualquer identificação dos participantes.</p>
<p>Benefícios esperados</p>
<p>Esperamos problematizar a realidade prisional capixaba, conhecer e explorar seus aspectos e singularidades, direcionando-nos à construção de políticas voltadas à produção de vidas dignas e potentes nesse contexto. Políticas essas que atingiriam de forma direta e indireta toda a sociedade capixaba. Apostamos na técnica de entrevista como práticas discursivas em oposição ao “discurso” pronto, o que representa produção de sentidos, “linguagem em ação”, convocando o participante/ interno a buscar novos sentidos a serem habitados.</p>

Estando assim de acordo, eu, _____, inscrito sob o RG _____ concordo voluntariamente em participar desta pesquisa e assino o presente termo de consentimento em: Vitória, ____ de _____ de 2011.

Participante

Ana Cristina Scopel
Pesquisadora